

SESSÕES DO PLENÁRIO

5ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de abril de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (AD HOC)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Cocá e Zé Raimundo Lula. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 22...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, pela ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, vamos fazer as coisas, não é? cumprindo e respeitando o Regimento, pois, ainda, não tinha vencido o tempo da sessão anterior. Estava registrado, ainda, o tempo de 11 minutos. Faltavam, ainda, 11 minutos. V. Ex.^a atropelou ao não respeitar os 11 minutos!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas, deputado, pelo que a gente viu aqui, o pessoal queria fazer isso.

O Sr. Targino Machado: Não tem isso não!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom senso!

O Sr. Targino Machado: Isso não é sessão espírita! V. Ex.^a não é vidente, repito, não é vidente!

(Vários Srs. Deputados manifestam-se ao mesmo tempo.)

O Sr. Targino Machado: Ora, eu não quero nada. Eu quero que respeitem o Regimento da Casa! Não tinha por que não esperar os 11 minutos passarem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a faz questão que volte?

O Sr. Targino Machado: Hein?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Faz questão que volte?

A Sr.^a Fátima Nunes: Mas já foi encerrada!

O Sr. Targino Machado: Olhe, Excelência, eu não posso. V. Ex.^a já encerrou a sessão. Eu só estou registrando o que eu vi...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado: (...) e não aceito. Não posso pedir a ninguém para dar ré aqui. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Depende. (Risos)

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 22.998/2018, o Projeto de Lei nº 23.065/2019 e o Projeto de Lei nº 23.155/2019.

O documento foi assinado na Sala das Sessões em 16 de abril de 2019.

Não há expediente a ser anunciando.

Não há manifestação de oradores nos Pequeno e Grande Expedientes.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o PSOL por 12 minutos. (Pausa) Não se encontra. Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do Governo ou ao da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador por 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, a minha indignação é com este sistema de som, Excelência. Isso, aqui, fica boicotando a gente, ou seja, este sistema de som da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já foi solicitado à diretoria específica para tomar providências. Esperamos...

O Sr. Targino Machado: Em tempos pretéritos, quando eu não tinha tanta paciência como hoje, nos tempos hodiernos, eu já tinha quebrado este negócio. Mas é um aperta e volta...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a, agora, está *light* depois que é Líder da Oposição.

O Sr. Targino Machado: (...) aperta e volta, aperta e volta, aperta e volta, aperta e volta.

Olhe, os senhores receberão, agora, pelos peitos, o grande deputado aguerrido, o grande orador, homem, deputado operário, trabalhador, que de besta só tem a cara, nem o caminhado é de besta, o deputado José de Arimateia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 10 minutos, o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa, *TV ALBA*, quero, aqui, agradecer ao deputado e nosso Líder Targino Machado pelas palavras.

Aproveito a oportunidade para dizer que esta Casa, hoje, está registrando as presenças de 54 Srs. Deputados. Eu não poderia deixar de usar esta tribuna, Sr. Presidente, para fazer uma pequena prestação de contas com respeito aos trabalhos da Comissão de Meio Ambiente.

Nós, eu e o deputado Aderbal Fulco Caldas, na sexta-feira passada, visitamos a barragem em Araci. Estavam presentes o presidente da Câmara de Vereadores e mais 6 vereadores, como o vereador Jeferson Miranda.

Eu quero aqui saudar toda a Câmara de Vereadores que nos recebeu muito bem. Inclusive, eu fiquei impressionado com a estrutura física da Câmara de Vereadores da cidade de Araci. A estrutura física é muito bacana, muito bem organizada. Eles estão de parabéns. O Poder Executivo estava representado pela presença do secretário de Infraestrutura, Obras, Transporte e Serviços Públicos.

A barragem de Araci é uma barragem de água que está dentro das 10 barragens citadas pela ANA que está em área de risco. Isso, segundo a ANA. Nós verificamos, juntamente com engenheiros e técnicos, a existência de duas fissuras constatadas nessa barragem. Nessa barragem, existem duas fissuras. Isso, realmente, compromete a segurança da população que está preocupada.

Nós estamos fazendo aqui o registro. E, até o momento, até agora, o empreendedor dessa barragem, o DNOCS, órgão do governo federal, não fez, ainda, os ajustes que precisam ser feitos; depois que a própria ANA colocou no relatório.

Então isso é preocupante, Srs. Deputados. Eu queria que vocês prestassem atenção. Olhem, é uma barragem cujo responsável pela manutenção é o governo federal. Entra governo e sai governo e não foram feitos, até agora, esses reparos.

Ontem, eu estive visitando a barragem de Pinhões no município de Juazeiro. Lá, fui recebido pelos deputados Zó, Tum e Laerte do Vando que estavam presentes. Formamos uma comitiva. Fomos até a barragem de Pinhões.

A barragem de Pinhões apresenta um excesso de vegetação do talude a montante. Isso quer dizer que se, porventura, surgir alguma erosão nessa barragem, não tem como ser identificada. Essa é mais uma barragem de responsabilidade do governo federal, do órgão DNOCS. Essas duas barragens correm risco. Elas estão dentro da lista que a ANA forneceu para o Brasil. Em nível de Bahia, são 10 barragens.

Sr. Presidente, nós já visitamos cinco barragens de água. Visitamos a RS1 e a RS2. Quanto a essas duas barragens, o empreendedor é a Cetrel que já fez os reparos que foram citados pela Agência Nacional de Águas. Olha só, esta é uma empresa privada. Então, ela cumpriu.

E a nossa decepção, Sr. Presidente, é com o governo federal. Como um órgão do governo federal permanece sem dar manutenção às barragens de sua responsabilidade?

Nós temos, também, a Barragem de Afligidos, aqui, em São Gonçalo dos Campos, que é da Cerb também.

Então, deputado, aquela barragem, apesar de ser uma barragem pequena, está dentro das 10 barragens de risco que a Cerb esteve presente. E desde o tempo em que foi construída essa barragem, a manutenção não vem sendo feita.

Ora, Sr. Presidente, como o governo, tanto o estadual como o federal, chama atenção da população para ajudar na governabilidade se o próprio governo não dá exemplo? O governo não dá exemplo! Dessas cinco barragens, três são de competência da manutenção do governo, repito, três. Todas as três estão sem manutenção.

As duas já citadas são de responsabilidade da Cetrel. Eles obedeceram.

Então, nós chamamos a atenção.

Os governos estadual e federal eram para dar seus exemplos, a fim de a nação copiar os bons exemplos. Mas não. Então, nós estamos com este grave problema.

Por exemplo, aproveitamos a visita à barragem de Pinhões para irmos, também, à barragem em Jaguarari, da Mineração Caraíba. A Mineração Caraíba é uma empresa privada, ela está cumprindo, ela tem uma barragem de rejeitos. A empresa está cumprindo as normas ambientais quanto a essa barragem. Inclusive, nós visitamos a barragem.

Eu e os deputados almoçamos no restaurante da barragem. A única observação a ser feita por mim é porque eu fiquei preocupado com o restaurante, pois ele é igual ao restaurante da Barragem de Brumadinho. Eu estava almoçando lá e pensando. Da mesma forma, eu avisei para o pessoal.

Eles disseram: “Mas fique tranquilo. Aqui, não.” Lá, pelo que eles mostraram, a parte técnica, através dos engenheiros, os rejeitos da barragem não correm risco. Por quê? Porque ele é um rejeito que seca. Já é diferente de Brumadinho. Quanto aos rejeitos de Brumadinho, quando chovia, os rejeitos ficavam como uma massa quando ia fazer um bolo. Já, lá, não. Lá fica seco.

Há outra observação que faço, porque eu achei interessante. Quanto à água do rejeito, ela serve para aguar as plantas. Inclusive tem plantação de eucaliptos. Então, a água da chuva não contamina o solo, no caso, através do rejeito. Isso foi explicado tecnicamente.

Então, mesmo assim, eu almocei tranquilo, porque, primeiro, eu confio em Deus e, segundo, essas explicações, realmente, nos aliviaram.

Mas, Sr. Presidente, eu estou dando aqui este exemplo pra V. Ex.^a, porque os governos municipal, estadual e federal têm de ser exemplo. Olha, nós só visitamos, até agora, cinco barragens. Ainda falta visitar mais cinco barragens.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Inclusive, vamos visitar a barragem de Maiquinique. Nós vamos visitar essa barragem, repito, vamos visitar. Entenderam?

Mas nós cumprimos o nosso dever, qual seja, o de visitar as barragens.

Ontem, eu estava lá juntamente com os deputados.

Para concluir, eu quero dizer aos Srs. Deputados que, amanhã, nós estaremos aprovando a nossa ida ao DNOCS para pedir esclarecimentos com respeito a essas duas barragens que estão sob a responsabilidade do governo federal.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, Sr. Presidente, amanhã, nós teremos esta agenda na Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orado pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É o nosso tempo, Sr. Presidente. Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não entendi, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É PSD. Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu tinha riscado PSD. Não há orador.

Já passei para o Líder da Minoria, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: No tempo dos partidos PSL, PRB e MDB, falarão os deputados Capitão Alden e Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o Capitão Alden pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, eu gostaria de trazer a esta Casa algumas informações que, provavelmente, muitos dos senhores e das senhoras não conhecem. Mas é para trazer aqui a gravidade em que se encontra a nossa insegurança pública em nosso estado da Bahia.

Eu já tive oportunidade, deputado Hilton Coelho, de apresentar esta mesma situação na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública. Apresento algumas informações que devem ser de conhecimento de toda sociedade baiana, pois mostra o quão grave e o quão absurdo o nosso estado, hoje, está passando a situação de segurança pública.

Este mesmo estado gostaria de fazer consórcios para enviar nossas tropas para outros estados do Consórcio do Nordeste, pois, nos últimos 12 anos, foi responsável por quase 69 mil mortos, 69 mil homicídios, aqui na Bahia, repito, durante os últimos 12 anos, na gestão deste governo que aqui está.

Como se não bastasse, na Bahia inteira, não há um bairro ou não há uma rua sequer que nós não encontremos pichações, demarcações, símbolos, marcas que denotem, naquele local ou naquele espaço, existir facções criminosas.

Não são pichações que estão ali informando uma banda de música que vai tocar naquela região ou um circo que está se aproximando na cidade. Não! Muito pelo contrário!

São normas, são regras impostas pelo tráfico, pelo crime organizado, impondo regras de conduta para aqueles moradores, informando, por exemplo, para tirar o capacete, baixar os vidros, ligar a luz dentro do veículo. Tudo isso aqui são regras impostas por organizações criminosas em diversos bairros de Salvador.

Em todos os bairros de Salvador, você tem marcas e mais marcas como BDM, Catيارا, CP, Comando da Paz, etc. Essas marcas deveriam estar, apenas e tão somente, no interior e nos muros dos presídios. No entanto, hoje, também, essas marcas estão ocupando, pasmem, os muros e as salas de aula! A sala de aula deveria ser o local sagrado, onde os jovens deveriam estar aprendendo e tendo conhecimento a respeito das atividades e das matérias que irão lhe ajudar no futuro para ter uma oportunidade de emprego.

A afronta ao estado é tão grande que, justamente, na Orlando Gomes, exatamente no muro onde funcionam as instalações do Sindicato dos Delegados de Polícia, há um palhaço pichado no muro dessa entidade. E, mais à frente, na Associação dos Magistrados, há, também, outro palhaço pichado. Esse símbolo faz uma afronta ao Estado!

Eu estive, recentemente, no presídio aqui em Salvador. Pasmem, dentro de uma unidade prisional, na cadeia pública, próximo a uma quadra de esportes, onde ‘os reeducandos’ estão jogando bola, há a marca da bandeira brasileira desfigurada, pois, ao invés de, no símbolo, no globo do Brasil, você tem, ali, o símbolo do *yin e yang*, que é o símbolo de uma facção criminosa dentro de um globo e dentro da bandeira brasileira!

E o estado baiano permite que as organizações se organizem, desculpem a redundância, criem suas regras, imponham suas regras, criem seus códigos!

Por conta disso, eu já apresentei, durante esta semana, um projeto de indicação de lei para o governo do estado, a fim de a Secretaria de Segurança Pública possa, através do Ministério Público, adotar ações enérgicas no sentido de apagar essas pichações.

(O Sr. Presidente faz soas as campainhas.)

Então, a Polícia Militar e a Polícia Civil já têm feito, com base nessas informações, uma série de ações visando a apagar essas pichações, substituindo-as por símbolos nacionais. Há, também, o disque-denúncia.

Então, isso aqui é uma clara afronta ao Estado brasileiro.

Isso é um claro desrespeito à democracia e ao Estado brasileiro.

E o estado baiano, especificamente, precisa tomar as devidas e as necessárias providências para retomar o controle e a ordem.

Fica aqui minha indignação!

Espero ficarmos atentos a essas situações para não perdermos o controle do estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, eu queria mais uma vez, aqui desta tribuna, relatar os péssimos serviços prestados pela Embasa na região de Irecê.

Eu tive a oportunidade, no último final de semana, de visitar a região de Irecê e pude ver lá que essa região estava sem água há três dias. Mais uma vez, o que tem se tornado recorrente, estava acontecendo na região de Irecê, a falta d'água, prejudicando os moradores, prejudicando os comerciantes, as escolas não tiveram aula fruto da falta d'água.

Segundo a Embasa, essa falta d'água foi decorrente de um rompimento da adutora do São Francisco, uma adutora que foi construída com um recurso muito alto: R\$ 160 milhões ou R\$ 180 milhões para ser construída essa adutora. E esse rompimento não se deu pela primeira vez, são sucessivas vezes que se rompe essa adutora e que a região fica sem água.

Eu queria pedir aqui à Embasa explicações. O que é que está faltando? Será que é falta de manutenção? Será que existe algum erro de projeto nessa adutora? É isso que a gente queria pedir à Embasa, a Embasa deve explicações a região de Irecê. A Embasa que cobra um serviço que não é barato, é um serviço que não é gratuito, é um serviço caro e que quando a população precisa, quando os comerciantes precisam, quando os alunos precisam falta água e ela não tem condição de atender de forma emergencial a população deixando a população sem água por mais de três dias.

Então, fica aqui essa cobrança, lá na região de Irecê, sobre os péssimos serviços prestados pela Embasa naquela região.

Quero aqui falar também da região de Irecê. Andando, voltando ali por Irecê, passando depois de América Dourada, você tem, à direita, um entroncamento que liga a Estrada do Feijão à BA-052 e à BA-122. Uma importante estrada que liga, como eu disse, o entroncamento da 052 passando por Cafarnaum, passando por Mulungu do Morro, chegando lá no distrito de Segredo, em Souto Soares. Essa estrada está em péssimas condições, cheia de buracos, causando sérios transtornos à população que

tem que usar com frequência aquela estrada, uma estrada importante. Ali está cada dia mais sendo utilizada, não só para o escoamento das verduras, também tem se transformado aquela região e aquele trecho ali num polo importante de energia eólica. É uma estrada que liga a BA-052, a famosa Estrada do Feijão, até o distrito de Soares, facilitando o caminho para a Chapada Diamantina.

Então, fica aqui também a minha cobrança à Secretaria de Infraestrutura para que tenha atenção em relação a essa estrada, como eu disse, uma importante estrada do nosso estado, uma importante estrada daquela região, e que está em péssimas condições. Precisa, sim, de uma atuação emergencial para que a população não continue sofrendo o que está sofrendo. Como eu disse, o escoamento da produção, os turistas que passam ali, os moradores que têm que utilizar com frequência aquela estrada, os estudantes, enfim, quem trabalha numa cidade e mora em Cafarnaum ou mora em Mulungu do Morro e que tem, constantemente, ou melhor, diariamente sofrido com essas condições.

Então, fica aqui, mais uma vez, a minha cobrança ao governo do estado...

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

(...) para que o nosso estado tenha uma infraestrutura de qualidade, pois infraestrutura de qualidade é garantia de desenvolvimento para o nosso estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria, ou Líder do Bloco Parlamentar PR, Avante, Podemos e PSB.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Sr. Presidente, eu vou abrir, aqui, uma exceção para o deputado Alan Castro e o deputado Eduardo Alencar, vão dividir o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai falar o deputado Alan, é isso? Marca o tempo, 5 minutos. Pode marcar o tempo.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Sete minutos para ele e 3 para o deputado Eduardo.

O Sr. ALAN CASTRO: Sr. Presidente, colegas deputados, nossa imprensa presente, todos que nos assistem pela *TV ALBA*, deputado Targino, eu, como presidente da Comissão de Saúde, como vice o nosso amigo Alan Sanches, que é da bancada de Oposição também, hoje de manhã, tínhamos uma visita à Secretaria Municipal da Saúde. Uma visita de cortesia para conhecer a estrutura e pela minha indagação sobre a questão da regulação, porque o senhor me dizia e fala aqui insistentemente no plenário que a regulação mata. E eu, prontamente, defendia aqui a minha posição como médico, dizendo que o que gera a regulação é a falta de prevenção à saúde.

A gente sabe que Salvador, hoje, tem uma baixa cobertura de UBS, que não chega a 50%, o que é irrisório. A gente sabe que o mínimo aceitável pela OMS é 70%. E fiquei surpreso, hoje de manhã, porque estava a caminho e o deputado Alan Sanches, meu colega e vice-presidente da comissão, me comunicou que o secretário passou mal, teve uma crise e foi parar no Hospital Aliança. E fiquei

sabendo agora de Alan que realmente ele teve uma crise de apendicite e vai ser operado hoje à tarde, se não já foi operado. Desejo a Luiz Galvão, realmente, melhoras, que ele se restabeleça prontamente e que esteja lá presente para a gente conhecer a estrutura e explicar o inexplicável, que é Salvador hoje com uma baixa de cobertura de UBS, gerando uma sobrecarga tremenda na regulação.

Inclusive pacientes com emergência médica de obstrução, como eu já falei para o senhor aqui, de verminose, de *ascaris lumbricoides*. Crianças indo para a emergência por *ascaris*, porque não tem médico na unidade básica de saúde para passar uma simples medicação de um anti-helmíntico ou um antiparasitário para as crianças com verminose.

Então, eu peço, deputado Targino, que na próxima visita que o deputado Alan Sanches vai agendar, o senhor esteja presente, o senhor que é um homem combativo, aguerrido, militante da saúde, que também tome as nossas dores, da Comissão de Saúde do estado, para que a prefeitura realmente comece a levar a saúde básica de Salvador como prioridade. Claro que o governo de Neto melhorou, a gente não pode ser aqui hipócrita e dizer que não melhorou, Salvador realmente...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: (...) Salvador melhorou bastante, mas na parte de saúde é zero, a gente sabe que não evoluiu. A saúde de Salvador está na UTI, realmente está gerando uma alta demanda na regulação, porque se uma simples dor, o deputado Alan Sanches sabe...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado Alan.

O Sr. ALAN CASTRO: No momento oportuno. O deputado Alan Sanches sabe que uma simples dor, uma simples infecção urinária se não tratar vai parar na emergência, sobrecarregando a regulação.

O Sr. Capitão Alden: Um aparte, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: No momento oportuno. A gente sabe que regulação é uma coisa muito complexa, independe da questão da unidade básica de saúde. Se Salvador não tem uma cobertura boa de UBS é claro que vai estourar tudo na emergência, e o governo que é responsável pela regulação...

O Sr. Capitão Alden: Um aparte, deputado Alan.

O Sr. ALAN CASTRO: (...) paga o pato e dizem, como o deputado Targino, que a regulação mata, regulação não mata. O que mata é a falta de prevenção de saúde, porque se Salvador, como a maioria dos interiores, tivesse uma boa cobertura de saúde a gente não ia parar nas emergências e não ia precisar da regulação.

Outra coisa que eu queria falar, deputado Targino, é sobre o empréstimo da Embasa. O senhor fala que os deputados estão votando a toque de caixa o empréstimo da Embasa. Eu fui estudar e ver realmente o conteúdo do projeto e queria parabenizar o governo Rui Costa pela sua preocupação com a questão da água. A gente sabe que Salvador hoje, como Camaçari, Dias D'Ávila e outras regiões do estado ainda têm

muito esgoto a céu aberto. Eu, como médico e presidente da Comissão de Saúde, sei que esgoto a céu aberto gera doenças.

Então, nosso governador Rui Costa que nasceu na Liberdade... Viu, deputado Alan? Nosso governador Rui Costa, que nasceu na Liberdade, naquela época, ainda usavam aquelas bermudas feitas de saco de açúcar, que convivia com aquele esgoto a céu aberto, hoje ele tem a oportunidade como governador de mudar essa triste história. Então, nada mais justo do que aparelhar a Embasa com recursos para a gente diminuir essa quantidade de esgoto a céu aberto que tem em Salvador, principalmente, que é a região que o senhor milita, mas em toda a Bahia. Há recursos que são de bom grado e o governador está de parabéns realmente, porque esgoto tratado reduz doença, isso é uma economia lá na frente com saúde.

Gostaria de parabenizar o governador Rui Costa, dizer ao deputado Targino que a gente não está votando nada aqui a toque de caixa, que o empréstimo da Embasa o senhor sabe, como médico, e o senhor deveria apoiar, pois sabe que é uma coisa importante que é a ampliação da rede de esgoto e sanitária de Salvador e Região Metropolitana como toda a Bahia. E, especificamente, esse empréstimo vai ser para a ampliação de Camaçari, que inclusive é uma área em que hoje o governo do estado é oposição, mas o governador não está pensando se é oposição ou não, quer beneficiar o povo de Camaçari, que Camaçari é uma cidade rica, mas que ainda tem muito esgoto a céu aberto.

Então, parabéns ao governador Rui Costa e dizer que a bancada, aqui, de governo, não está votando a toque de caixa nem de olhos fechados, a gente está votando consciente da importância desse empréstimo da Embasa.

Obrigado a todos.

O Sr. Alan Sanches: Deputado, o senhor tinha 40 segundos, podia ter me dado o aparte.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 2 minutos o deputado, vai dar tempo de se apresentar, Eduardo Alencar.

O Sr. Targino Machado: Quinze minutos.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Sr. Presidente, Srs. Deputados... só 3 minutos para eu ler a mensagem. Se V. Ex.^a quer que eu fique 15 minutos, mas só 3 resolve o meu problema.

Eu gostaria de informar que estava nesse momento com o Secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão, quando estávamos lá trabalhando, em reunião com o presidente Fernando Correia, que é o diretor-geral dos Colchões Ortobom, aquela empresa que incendiou, aqui em Salvador, fomos lá conversar para ele se instalar em Simões Filho. Oferecendo a ele condições naquela cidade, onde o IPTU é muito mais em conta do que em Salvador, porque as empresas, a maioria das empresas estão saindo de Salvador em decorrência do valor do IPTU cobrado pela prefeitura, que está inviabilizando as empresas em Salvador, elas estão indo procurar

outras cidades mais em conta, com o ISS menor, para se instalarem. Fui recebido pelo secretário, quando ele demonstrou interesse, disponibilidade e muita vontade de trazer para a Bahia e em particular para a Região Metropolitana as grandes empresas que hoje estão aqui tentando se instalar.

Eu gostaria de fazer uma Moção ao município de Antônio Cardoso que hoje completa 57 anos e peço que esta Casa encaminhe para a Câmara de Vereadores e para a Prefeitura, em particular à ex-prefeita Gel. Lá eu tive 700 votos, represento aquela cidade e pretendo, junto ao governo do Estado, trabalhar muito pela cidade de Antônio Cardoso.

Ao mesmo tempo que estava lá com o secretário João Leão, estava trabalhando em Simões Filho, onde fomos a em reunião com ele e com o seu grupo de estudo ver a parte de viabilidade da Ceasa... a Ceasa que fica no município de Salvador e que é tão importante para todos nós, aquela Ceasa que recebe de todo o estado da Bahia a parte comercial ligado a verduras, legumes, enfim, toda parte ligada ao meio rural. E ali ele mostrou o projeto de recuperação da Ceasa, o nosso pedido e o pedido do presidente da Aspec, o Sr. Márcio Roberto de Almeida Santos, que levou suas reivindicações. Ele tem feito um estudo para que seja requalificada aquela Ceasa para ser o cartão de visita do estado da Bahia, representando todos nós, deputados, e os agricultores da Bahia. Há pouco foi requerida a parte de desenvolvimento da agricultura de Juazeiro, Utinga e outras cidades da Bahia que produzem na agricultura.

Então, eu gostaria de dizer que é um projeto que está em desenvolvimento e muito em breve estará instalado na nossa Ceasa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT.

Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Excelência, o senhor está falando muito rápido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas deu para entender.

O Sr. Targino Machado: No tempo do DEM, Democratas, vai falar o deputado Alan Sanches por 5 minutos e o deputado Luciano Simões por 5 minutos. Primeiro o deputado Alan Sanches. V. Ex.^a é mais novo vai ficar atrás do deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, por 5 minutos. Marca o tempo.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas aqui presentes, fui provocado pelo deputado, meu xará, Alan Castro Dayube, sobre algumas colocações aqui. Primeiro o deputado Alan Castro tem de parar com isso de dizer que

não houve evolução, que quer 70%, em Salvador são 3 milhões de habitantes, deputado.

A cobertura que o ACM Neto pegou foi de 18%, V. Ex.^a sabe disso e deve estar muito bem lembrado que o secretário da Saúde àquela época foi indicado pelo PT, ficou 2 anos e meio e conseguiu decrescer. Foi a única época na história da Bahia que decresceu essa cobertura com Luís Eugênio Portela que não conseguiu, esse foi o tratamento que deu.

Com a gestão vitoriosa do ACM Neto e junto com Bruno Reis, uma revelação que o nosso prefeito trouxe não só para esta Casa, mas que é também um grande gestor, que já foi da Semps e de vice-prefeito é agora o secretário de Infraestrutura, que V. Ex.^a conhece bem, foi para 50%. Se você ver quase três vezes, deputado Alan Castro. Nós temos que fazer jus às coisas, não é possível que as pessoas não possam ver a cobertura que Salvador conseguiu fazer crescer.

Hoje, em vários lugares, inclusive nos bairros onde V. Ex.^a tem trabalhos, que atende às comunidades, conhece as comunidades, têm posto de saúde. E as receitas que V. Ex.^a passa como médico – deputado Targino, eu, todos os médicos – os pacientes conseguem achar as medicações que precisam, não há queixa desse tipo de cobertura. Eu concordo com V. Ex.^a que a demanda é enorme e quero dizer que estamos trabalhando para que isso avance, vamos avançar muito mais, já avançamos mais de 3 vezes em 5 anos, Targino. É muita coisa, saiu de 18%, já temos 50%, porque sabemos fazer gestão.

Diferentemente do secretário da Saúde, que V. Ex.^a se arvora tanto aqui em defender, porque diferente dele o que ele faz é um absurdo com a fila da morte...

O Sr. Tiago Correia: Um aparte deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: O deputado Tom, Pastor Tom, aqui por diversas vezes está trazendo, não é falando de Salvador não, está falando de Feira de Santana, não é possível que só tenha mentiroso na Bahia, que as pessoas falando que não conseguem uma transferência, uma regulação, uma cirurgia, estejam mentindo, o mentiroso a gente sabe quem é. A secretária da Saúde não faz o dever de casa, saiu um site aí, ficam dizendo depois que eu fico prosseguindo o secretário, mas saiu aí no *site Política Livre*, do Raul Monteiro, dizendo que atende com o computador, que não quer nem atender a deputado – da Base, porque do nosso lado não vai não. Mas da Base, atendendo por computador, tem que fazer gestão, tem que sair da frente da tela do computador. Vai lá no escritório dele tem um... só tela de computador, para com isso. Não gosta de gente não vai ser secretário, agora me falar que a gestão da regulação está boa, isso aí é brincadeira.

Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Alan Sanches, muito me honra apartear-lo, V. Ex.^a que trata tão bem a saúde reconhecendo não só os avanços no município, mas trazendo também os problemas do governo do estado. É importante lembrar que recentemente na Câmara de Vereadores eu havia solicitado junto a alguns postos de saúde a relação de atendimentos e fiquei assim surpreso com a quantidade de pessoas

do interior que buscam a capital para atendimento básico. Isso é o retrato da saúde em nosso estado, é o retrato das famosas UPAs...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Unidades de Saúde que estão sendo entregues aos municípios, que não funcionam. Enfim, a saúde em nosso estado é uma lástima e a capital, Salvador, acaba atendendo não só os 3 milhões de habitantes, são inúmeras kombis, vans, micro-ônibus...

O Sr. ALAN SANCHES: Com certeza!

O Sr. Tiago Correia: (...) que vêm do interior lotar os nossos postos de saúde e fazer, sim, sofrer a nossa capital. E nós vemos o governo do estado com o discurso de que a central de regulação funciona, talvez, a central de regulação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dos prefeitos que enchem os ônibus e as vans para mandar para os postos de saúde da nossa capital.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu incorporo o aparte de V. Ex.^a e para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que eu acho que a saúde precisa de uma forma geral, deputado Eduardo Alencar, evoluir, nós sabemos. Mas a gente tem que reconhecer o avanço, o pulo que a saúde deu em Salvador. Precisa muito mais. Mas o estado por ser o maior, o estado por ter um orçamento bilionário poderia ajudar e muito, ao invés de ficar comprando hotel para fazer, dizer que vai fazer agora casa de repouso, de recuperação, ele deveria olhar mais para as pessoas. Sair da tela do computador e começar a cuidar de gente porque o que falta a Secretaria da Saúde do Estado é o olhar para cuidar de gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): 5 minutos, deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde amigos e amigas, deputados, presidente Adolfo Menezes, presidente desta sessão, gostaria de começar minhas palavras aqui, saudando esses novos deputados estaduais aqui da Assembleia: Capitão Alden, com sua bandeira clara pela segurança pública; Tiago Correia, com grande experiência na Câmara Municipal do Salvador; estou vendo aqui, Olívia Santana, a Negona, que também tem grande atuação na capital e nas questões dos negros, da identidade afrodescendente do nosso estado; Jacó, da Região de Irecê também vem com essa potência lá da região do feijão; Eduardo Alencar, com toda experiência da Prefeitura Municipal de Simões Filho; Zé Cocá, o qual me solidarizo muito, Zé, realmente suas palavras me tocaram, nos meus prefeitos, em alguns amigos também que estão sendo, eu vou dizer assim, alvo de investigação porque a gente é alvo, já é réu assumindo qualquer cargo desde vereador a presidente da República. Você sendo político você já é um pré-réu; Hilton 50, da capital da resistência aqui, do PSOL, sejam todos bem-vindos a esta Casa; Pastor Tom, lá de

Feira de Santana também, que se filou recentemente ao PSL; Rogério Andrade Filho, essa potência do Recôncavo da Bahia.

A Casa aqui é a Casa dos iguais, é a Casa do debate de ideias. Vocês, da *TV Assembleia*, que me veem agora, viram vários discursos aqui, de temas diferentes, desde a segurança pública – como bem relatou o Capitão Alden –, agora por último, os deputados Alan Castro e Alan Sanches fazendo esse debate saudável da questão de saúde do município de Salvador e da Bahia.

Venho, aqui, também relatar a condição das estradas do estado da Bahia. Realmente parabenizo o governador Rui Costa pela inauguração de duas estradas agora, recentemente, uma que liga Sapeaçu ao município de Castro Alves; e a estrada de Morro do Chapéu ao município de Várzea Nova.

Mas a Bahia é grande demais. Uma região que realmente está esquecida é aquela região lá em cima, do São Francisco. São estradas importantes, principalmente aquelas da região de Canudos, de Uauá, que estão no semiárido muito importante e forte do nosso estado onde, realmente, o sertanejo, antes de tudo, é um forte.

Venho, aqui, relatar também o grande debate que está sendo feito na Comissão Territorial, da qual a deputada Fabíola Mansur também participa com assiduidade daquele debate entre os municípios de Vera Cruz e Itaparica.

Vejo também com prazer que as comissões voltam a funcionar na Casa, como há algum tempo não estavam funcionando. A Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Robinho, da qual eu também faço parte como vice-presidente, está tendo uma produtividade muito boa, com relatorias excelentes como a do deputado Zé Raimundo da última sessão.

Teremos, amanhã, a Comissão também de Finanças mais uma vez, onde outros projetos serão debatidos. Mas o projeto de lei que comove esta sessão, este quórum que o governo está conseguindo manter agora, é este debate importante que eu vejo, que é essa questão da privatização ou não da Embasa.

O Líder do governo diz que não há privatização, o que há é uma viabilidade do empréstimo. Mas eu gostaria que o governo também, não só mostrasse os votos que tem aqui, na Casa – eles têm 45 deputados aqui, eles têm deputados para aprovar o que for, o que vier aí –, mas que usem o plenário, usem as comissões para dizer exatamente que projeto é esse, para que serve, qual é o objetivo disso. Porque, acho que é de consenso da Casa que a Embasa está longe de ser realmente um órgão de excelência.

Claro que a Bahia é um estado diferenciado, quase 70% do seu território está no semiárido, e as demandas de águas são constantes e muito importantes. Mas, infelizmente, a Embasa, com a estrutura que tem, não consegue responder a essas demandas tão importantes do nosso estado.

Então, rogo à Bancada do governo que usem realmente o espaço parlamentar dos horários de discursos aqui, que venham e apresentem o projeto com clareza, com dedicação do que realmente se trata. Porque, no meu entendimento, ouvindo o nosso

Líder Targino Machado, eu entendo que se não é ainda a privatização da Embasa é um grande começo para essa iniciativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão, que essa verificação seja nominal, que se zere o painel e que abra-se o tempo de 15 minutos, e que V. Ex.^a possa, de forma insistente, diria eu, convidar todos os senhores deputados para se fazerem presentes no plenário desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido. Solicito zerar o painel e marcar 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, eu ia contraditar no período. Tinha que marcar depois. Regimentalmente é assim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nós temos um, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então o senhor tem de começar a proceder... Eu queria pedir...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, um minuto.

Srs. Deputados, existe uma solicitação de quórum para continuidade da presente sessão.

Deputado Targino, solicito que V. Ex.^a marque...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Queria pedir a todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes aqui no plenário, no período de 15 minutos, para uma verificação de quórum para continuidade da sessão. Solicitação do deputado, nosso querido amigo, Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Jacó, deputado Aderbal, deputado Fabrício, deputado Bobô, deputado Eduardo, solicito marcar, professor Zé Raimundo, deputado Robinson, deputado Hilton, deputada Olivia Santana, deputado Rogério Andrade, deputada Fabíola, Alex, solicito marcar o quanto antes. Deputada Fátima Nunes, deputado Alan Castro, solicito marcar para que a gente chegue logo ao número suficiente.

Já temos quórum, deputado.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o parecer do relator, no âmbito das comissões, do Projeto de Lei nº 22.998/2018. **(Parecer relatado pelo Deputado Zé Cocá na Sessão Ordinária do dia 10/4/2019, seguido do pedido de vista do Deputado Targino Machado)**

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, o deputado Rosemberg está dando um despacho aqui de orelha e eu não estou ouvindo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O parecer do relator no âmbito das comissões.

O Sr. Targino Machado: Excelência, submeter à votação como, se não se pediu ainda a verificação de quórum?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): De votação?

O Sr. Targino Machado: De votação, claro, no âmbito das comissões. Não foi alcançado ontem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex.^a que fizesse um chamamento nominal aos deputados, marcasse o tempo de 15 minutos e fosse votando sequencialmente as comissões, para que a gente possa analisar, depois, no plenário o projeto.

O deputado Targino é que logo depois... depois a gente entra no debate sobre qual é a ordem, porque foi feita uma combinação aqui com o presidente que a gente votava a urgência e depois o projeto do Ipraj. Mas é sequência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

Marquem os 15 minutos.

Verificação de quórum no âmbito das comissões.

Comissão de Constituição e Justiça.

(Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão de Infraestrutura Desenvolvimento Econômico e Turismo.

(Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão Infraestrutura Desenvolvimento Econômico e Turismo.)

Há quórum na Comissão Infraestrutura Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Comissão de Educação Cultura Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Educação Cultura Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum na Comissão de Educação Cultura Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Comissão de Saúde e Saneamento.

(Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Saúde e Saneamento.)

Há quórum na Comissão de Saúde e Saneamento.

Comissão de Finanças Orçamento Fiscalização e Controle.

(Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Finanças Orçamento Fiscalização e Controle.)

Há quórum na Comissão de Finanças Orçamento Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o parecer do relator no âmbito das Comissões. Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

(Lê) Projeto de Lei n.º 22.998/2018, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externa a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA e a KfW Entwicklungsbank e dá outras providências.

Gostaram do meu alemão, aí? É alemão e V. Ex.^a não entende, deputado Targino.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para discutir o deputado Targino Machado pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Hilton: Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em alemão. Poucas pessoas entendem alemão. O deputado Targino é muito inteligente, mas não é poliglota.

O Sr. Hilton: Sr. Presidente, para discutir.

O SR. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, eu gostaria de arguir uma preliminar. V. Ex.^a providenciar um dicionário de alemão. Mandar providenciar água aqui também, Ex.^a Dr. Carlos, água gelada.

Eu quero dar ciência, Sr. Presidente, ao nobre Líder deputado Rosemberg Pinto, de que o limite aqui, meu e de V. Ex.^a é estabelecido pela cortesia, pela elegância e podemos ser Líderes de bancadas distintas, com ideias distintas, mas distencionando e isso temos buscado fazer. Mas o limite institucional é ditado pelo Regimento da Casa. E pelo Regimento da Casa nós temos um projeto sobrestando a pauta e, sobrestando a partir do dia 13 de fevereiro, que é o projeto do IPRAJ – 23.065/2019 reversão de bens do IPRAJ para o estado. No dia 13 de fevereiro sobrestou a pauta. Nem por urgência nem por emergência nada pode transitar nesta Casa. Se fosse na semana passada poderíamos ter votado, porque não havia nada sobrestando. Há somente esse projeto do empréstimo. Mas a partir do dia 13 há um projeto sobrestando a pauta que eu já disse a V. Ex.^a, disse ao presidente, que encaminharei, favoravelmente, o voto da bancada de oposição. Esse projeto é um projeto que vai resolver problemas, como outro que tem aqui também, que é o Projeto 23.100, com permuta de bens imóveis do Poder Executivo e do TJ, que são imóveis

ora de propriedade do estado utilizados pelo Poder Judiciário, ora de propriedade do Poder Judiciário utilizados pelo estado. E o que se quer fazer é o Poder Legislativo dar autorização para que se possa legalizar esses imóveis.

Então encaminharei os dois, deputada Maria del Carmen, sem nenhuma dificuldade. O que não poderei fazer... E aí não é ato de vontade, porque mesmo que eu estivesse com febre de 42 graus e quisesse fazê-lo... E tenho toda a boa vontade com V. Ex.^a, mas não posso, porque a minha Bancada não me permitiria fazer um parto a fórceps. Entendeu, Excelência?

V. Ex.^a estava ali no despacho de ouvido, para distrair a minha atenção. E é válido. Isso é uma manobra que se faz neste plenário, para que eu não pedisse a verificação de quórum no âmbito das comissões.

Mas quero voltar a falar a respeito deste Projeto de nº 22.998 daqui a pouco. Antes, porém, deputada Fabíola, eu gostaria...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Só um...

O Sr. TARGINO MACHADO: Pois não, Excelência. V. Ex.^a quer um aparte?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não é um aparte, é que...

O Sr. TARGINO MACHADO: Para retirar este projeto de pauta?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não. É só para informar que o deputado Targino está falando de um requerimento de urgência da votação do projeto dos consórcios. É disso que o deputado Targino está falando. Não tem nada a ver com o projeto da Embasa que nós vamos votar aqui. Pela ordem, vai vir o Ipraj, nós vamos ler aqui agora. Certamente eles vão pedir vista e na próxima semana, obviamente...

O Sr. TARGINO MACHADO: *Piano, piano, se va lontano.*

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Exatamente.

O Sr. TARGINO MACHADO: Devagar, devagar, se vai ao longe. V. Ex.^a sequer viu nascer a criança ainda.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, tranquilo.

O Sr. TARGINO MACHADO: Primeiro, tem que aprovar este projeto...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, se a gente votar, que ótimo!

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) para depois se pensar no passo seguinte. V. Ex.^a nasceu de 6 meses, foi?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não. É só para explicar à Bancada aí, porque ela estava confundindo com o projeto atual.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. TARGINO MACHADO: Nada, Excelência. Incorporo o aparte de V. Ex.^a à nossa fala.

Restou alguma dúvida? É que o deputado Rosemberg apresentou requerimento de urgência para o projeto. Qual é o número do projeto, deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto (fora do microfone): Eu não me lembro, você tem aí.

O Sr. TARGINO MACHADO: E foi aprovada a urgência. Ocorre que nesse ínterim um projeto sobrestou a pauta no dia 13. E mesmo em regime de urgência tem que respeitar o sobrestamento da pauta. Primeiro a gente tem que limpar a pauta.

Deputado Alan, é um absurdo que não apareça nenhum deputado de governo em defesa dos interesses dos servidores. São cerca de 30 mil servidores do estado da Bahia, deputada Fabíola Mansur, que recebem salário inferior ao salário mínimo. Isso é um absoluto desrespeito à Constituição do Estado da Bahia! E não aparece ninguém para dar um “pio”, para dar um “oi” em defesa dos servidores.

Os servidores estão pagando – sem direito de inadimplência –, estão pagando o Planserv, que já vem descontado em folha. Inadimplência zero! Inadimplência zero! Estão penando na fila! V. Ex.^a, nossa colega, sabe disso, deputada Fabíola. Por exemplo: o Labchecap, que tem várias unidades e todas atendiam ao Planserv, hoje é uma fila tremenda. Por quê? Porque o Planserv suspendeu o convênio com as outras unidades e deixou em uma, somente a da Paulo VI, na Pituba.

Isso traz dificuldades terríveis. Mães estão chorando, estão pranteando pelo sofrimento dos filhos; filhos chorando, pranteando pelo sofrimento dos pais que estão aí, apesar de pagar religiosamente, porque já vem descontado esse plano de saúde, não é?

Eu só conheço uma coisa melhor do que o Planserv, mais rentável do que o Planserv, com uma margem melhor do que o Planserv. Sabe qual é? O restaurante da Assembleia! (Risos) O restaurante da Assembleia é uma maravilha! É o melhor negócio. Eu queria um negócio desse para mim, deputado Euclides Fernandes. (Risos) Eu queria um negócio: quase R\$ 600 mil por mês, inadimplência zero, investimento zero, não paga água, não paga luz. Funcionário eu acho que paga, mas deve ter algumas ajudas, alguns empurrãozinhos. Então esse é um grande negócio. É um grande negócio, deputada Fabíola. É como o Planserv.

O estado privatizou, terceirizou o Planserv. A terceirização é para... Ó, meu colega Alencar, médico, que sofreu, penou do mesmo lado meu, do mesmo lado da deputada Fabíola, dos deputados Alan Sanches e Alan Castro, como médico, e sabe a dificuldade que as pessoas estão enfrentando para marcar um exame, uma cirurgia pelo Planserv, e o estado está dizendo que está tudo bem.

Quantos dos senhores recebem pedidos! E agora os pedidos chegam numa profusão muito maior do que há 10 anos, porque não tinha o tal do “Zap”. Agora com o “Zap” é uma maravilha. Eu estou aqui falando, está ali o Zé Cocá no “Zap”, está ali Roberto Carlos no “Zap”, está ali não sei quem no “Zap”. Esse “Zap” é uma onda! (Risos)

(Intervenção fora do microfone.)

Quem sabe fazer isso bem, não é V. Ex.^a. Homem não sabe fazer isso, quem sabe fazer isso é mulher. Mulher que sabe fazer três, quatro coisas ao mesmo tempo. O Líder do Governo, Rosemberg, no “Zap”, “Zap”, “Zap”, “Zap”. Pedindo o quê? Pedindo aquele ovo da Páscoa, é? (Risos) Pronto.

Hoje chegam aos deputados através dessa ferramenta, que aproximou as pessoas, que é o “Zap”, chegam toda hora os pedidos para ajudas para a Regulação.

Qual é o deputado aqui que não recebe pelo menos uns três por dia! Qual é o deputado? E ainda vem um deputado, que é o mais sabido entre todos, deputado que entrava calado e saía mudo... Ó ali! Deputado “Diabo Louro”, entrava calado e saía mudo. Deputado, já disseram, do baixo clero. Quem disse foi a imprensa, não foi eu não. De repente, milagre aconteceu, milagre aconteceu! E olhe que de repente aparece o deputado “Diabo Louro”. O secretário Fábio Vilas-Boas prescreveu H₂O₂ para ele, para passar no cabelo. Mudou a cor do cabelo! O que não faz alguém, o que não se faz para puxar o saco do secretário da Saúde?!

E agora eu estava ali espantado com o deputado Robinson Almeida, com o deputado Rosemberg, com o deputado Alex Lima, com o deputado Alan Sanches, ouvindo o deputado aqui que começou a defender a Regulação. E a gente achava que o discurso dele era monotemático, para defender, para puxar o saco do secretário da Saúde. Daqui a pouco ele deu uma guinada, já foi defender a Embasa. É sinal de que a goela, a garganta está aumentando. A garganta está aumentando! (Risos)

E a senhora, deputada Fabíola, acha que ele está achando ruim eu falar? Não está não! Ele me pede nos corredores: “E aí, colega, deputado Targino Machado, vai e desça o pau hoje. Desça o pau hoje que eu quero defender”. Aí manda, pede para descer o pau, descer a madeira! Já pediu ao deputado Alan também, Alan Sanches, para que a gente bata, porque é a oportunidade que ele tem de prestar serviço. Agora, veja a que ponto chega: o cabra vir aqui para defender Regulação, que está tudo bem na Regulação, morrendo 14, 15 por hora sem regulação, não é?

Para ser governo não precisa ser assim. Porque eu tenho a certeza de que nem o secretário Fábio Vilas-Boas está achando bonitinho isso. Nem ele, não é? Porque alguém me disse um dia... Um líder da política me chamou, fez em fevereiro 3 anos, para conversar. E eu fui ao Palácio Thomé de Souza. E ele, o prefeito ACM Neto, me chamou. Ele estava prefeito há 4 anos, eu não fui lá, não apareci, não pedi, não tinha nada para pedir, não puxo o saco de ninguém. Me chamou, eu fui, e ele me disse: “Deputado Targino, eu gostaria que o senhor me falasse um pouco de política, a sua visão a respeito da política na Bahia, em Salvador, no interior, falasse do prefeito Neto, falasse de Neto”. Eu olhei para ele e fiquei assustado e disse: “Ô, prefeito, o senhor chamou a pessoa certa? O senhor está correndo um risco grande. Será que o senhor chamou a pessoa certa?” Ele disse: “Chamei”. E me espantou, Alan, o que ele me disse, o ACM Neto. Ele disse: “Eu lhe chamei exatamente porque o senhor – ele me chama de senhor – nunca veio aqui, nunca me pediu nada, e eu quero lhe ouvir, porque normalmente os prefeitos estão rodeados de puxa-sacos. E quem puxa-saco puxa o tapete na primeira oportunidade. E eu quero lhe ouvir”.

Então tenho a certeza de que como o prefeito Neto, jovem – à época tinha 37 anos, hoje tem 40 –, pensa assim, o nosso colega médico, mais velho, Fábio Vilas-Boas também fica achando que tem algum parafuso folgado nesse negócio. A puxação de saco está demais. Laranja madura à beira da estrada ou está madura demais, está bichada, ou tem maribondo no pé. Não adianta disfarçar com cabelo louro.

Ó! Foi dado hoje um tempo – olhem que absurdo! – ao deputado para se defender aqui de uma questão do Cremeb, do CRM. O deputado Rosemberg abriu

uma exceção para dar a ele o tempo de ele se defender de uma questão que foi veiculada na imprensa a respeito do Cremeb. Ele chegou aqui na ânsia de puxa-saco tão grande que esqueceu do Cremeb, da vida pessoal dele para tratar da vida dos outros.

Ó! Deus, dizem... O senhor Fernando Collor de Mello, um dia, numa entrevista nas páginas amarelas da Veja, disse assim: “Deus me livre dos inimigos, porque dos amigos, nem Deus!” A mesma coisa eu digo dos puxa-sacos. A mesma coisa eu digo dos puxa-sacos. Não adianta. Está ali o Líder, deputado Rosemberg Pinto, Líder da Bancada, mas tenho certeza de que a estatura pessoal, a envergadura política e moral dele não permitem fazer um papel desse. Isso entra para o anedotário da política. Está feio esse negócio.

E vir para aqui, você precisa compreender, fazer sua autocrítica primeiro antes de apontar o dedo para um objetivo qualquer.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não reconheço estatura no deputado puxa-saco para que eu possa defender ACM Neto das acusações que ele faz. Isso não é acusação. Ele está querendo puxar o saco de alguém, mas nem o endereço de Ondina absorve isso bem, viu?

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para discutir o Projeto de Lei nº 22.998/2018, o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, no que tange a Mensagem nº 50 de 2018, do Poder Executivo, do governador Rui Costa, que (Lê) “(...) *visa autorizar o Poder Executivo a prestar contragarantia à União, visando a obtenção de garantias na operação de crédito externa a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A./Embasa e a KFW Entwicklungsbank, para financiar o Programa de Saneamento com uso energético de biogás no tratamento de esgotos da Região Metropolitana de Salvador*”.

Ele argumenta que (Lê) “*O projeto visa expandir o serviço de saneamento, elevar o índice de cobertura e otimizar o tratamento dos esgotos com o uso de biogás para geração de energia elétrica, consolidando, assim, o compromisso do Estado da Bahia no oferecimento de esgotamento sanitário mais sustentável e econômico*”.

É louvável a proposição, Sr. Presidente. Nos estranha demorar tanto o governo do estado para tentar de alguma forma expandir os serviços de saneamento em nosso estado, serviços esses que são pessimamente prestados pela Embasa. E agora o governador quer autorizar uma contragarantia à União no valor de 60 milhões de euros.

Sr. Presidente, nós de forma alguma somos contra o investimento em qualquer área do nosso estado, principalmente na área de saneamento básico, mas cumpre-nos trazer a esta Casa o debate quanto a essas contragarantias que o governo do estado, neste momento, presta, mais uma vez, que somadas a todas as operações de crédito, Sr. Presidente, nos deixa um pouco preocupados.

Nós ouvimos falar da Ponte Salvador-Itaparica, onde o governo terá que adquirir créditos e volumes muito grandes, e queríamos saber como o estado vai pagar essa conta, como é que o estado vai se programar para pagar tantos empréstimos contraídos. E agora, neste momento, ainda vem aqui prestar uma contragarantia de um empréstimo que nem é o estado que toma, quem toma é a Embasa, que é uma empresa pública, e o governo do estado é o fiador.

Ora, o governo do estado não consegue pagar em dia as contas, Sr. Presidente. Nós temos 30 mil servidores que recebem abaixo do salário mínimo justamente por conta da situação fiscal e econômica que o nosso estado enfrenta. E esse mesmo estado que não tem condições de pagar a seus servidores o salário mínimo estabelecido por lei, mais de 30 mil servidores, esse mesmo estado que presta um péssimo serviço no tocante ao Planserv, fazendo inúmeras restrições no atendimento, cortando inúmeros atendimentos eletivos, vai ser fiador de um empréstimo no valor de 60 milhões de euros. Eu acredito que esses bancos não estão, de fato, olhando quem é o avalizador desse empréstimo.

Então, nos deixa muito perplexos essa falta de controle do governo com suas contas, principalmente com as contas futuras. Talvez o governo já tenha entendido que ele caminha para a finalização de um ciclo e queira deixar inúmeras contas para o próximo governador que chegar, com o estado quebrado, já com todos os seus recursos comprometidos com empréstimos tomados por governos anteriores. Então, eu acho que deveriam ser olhadas com maior responsabilidade todas essas operações de crédito, ao que elas se prestam e como é que o estado vai pagar isso para a frente, quais são as projeções de arrecadação.

Então, me preocupa muito, Líder Targino.

Mas, além disso, gostaria também de contribuir com o debate que o ilustre Líder da Minoria trouxe a esta Casa no tocante a área da saúde. Realmente, nos preocupa muito o impacto que a capital do nosso estado tem nos seus serviços de saúde justamente pela falta de atendimento nos municípios do interior, por contas financeiras ou por, muitas vezes, ineficiência do estado. E a única solução que resta aos prefeitos do interior é lotar vans, lotar carros e encaminhar para a capital.

E, pasmem, quando pegamos a lista de atendimento nos postos de saúde de Salvador vemos lá inúmeras pessoas do interior já inseridas no sistema de regulação do governo do estado, aguardando atendimento por muitos e muitos meses, alguns mais do que 1 ano, outros mais do que 2 anos. E essas pessoas terminam lotando os postos de saúde do nosso município, da nossa capital, trazendo prejuízo à população de Salvador. Então, a gente acredita que isso é um desserviço aos moradores da nossa capital, é um desserviço à saúde do município.

Mas, de qualquer forma, Líder Targino, gostaria também de aproveitar, já que cito V. Ex.^a, para pedir o apoio de toda nossa bancada e também da Bancada do governo para apreciarmos e debatermos o PL 23.230, que apresentei nesta Casa, que proíbe o funcionamento em todo o estado da Bahia de cursos dos níveis técnico, médio e superior na área da saúde – que é a área de V. Ex.^a, e minha também, já que sou médico veterinário – que desrespeitem o limite máximo de 20% das aulas na

modalidade de Educação à Distância, EAD, devido à enormidade de cursos que se multiplicam pelo nosso país e também pelo nosso estado, e que já nas aulas 100% presenciais não prestam um bom serviço, não prestam uma boa qualidade de ensino. Imaginem se esses tiverem a possibilidade de ministrar essas aulas 100% à distância!

Então, nós entendemos que cursos, principalmente da área da saúde, que necessitam de aulas práticas de cirurgia, de microbiologia, de radiologia, enfim, aulas que dependem de um laboratório, que dependem de um contato com os materiais, não podem ser ministrados por ensino a distância.

Então, nós propomos o limite máximo de 20%.

E pedimos a esta Casa que estude o projeto com carinho, que debata, que apresente melhorias ao projeto se entender que ele deve ser aperfeiçoado. Mas que nós aprovemos esse projeto o mais rapidamente possível, pensando, justamente, em estabelecer uma saúde não só para os indivíduos do nosso estado, mas também para os animais que são atendidos por esses profissionais que se formam em cursos técnico, médio e superior da área da saúde.

Mas, também, colega Luciano, que acabava de conversar comigo sobre a redução do número de acidentes em Salvador, gostaria de dizer que apresentei, também, esta semana uma moção de aplausos à Transalvador, que conseguiu atender ao limite estabelecido pela ONU. Ela estabeleceu uma redução, que os municípios deveriam alcançar uma redução de 50% no número de acidentes com vítimas mortas nas cidades. E havia estabelecido que o prazo seria 2020. Posteriormente, entendeu que muitos municípios não estavam conseguindo se adequar e prorrogou para 2030. Mas Salvador saiu na frente e atingiu esse índice muito antes do prazo determinado.

Então, a Transalvador está de parabéns justamente por empregar tecnologias, por estar conseguindo mudar...

O Sr. Luciano Simões Filho: V. Ex.^a me dá um aparte, deputado?

O Sr. TIAGO CORREIA: No momento oportuno, darei, nobre colega.

(...) o comportamento dos motoristas.

E a Transalvador conseguiu reduzir, em 6 anos, em 34% o número de infrações em nossa capital, quando esse órgão era conhecido por ser uma indústria da multa. O número de infrações caiu 34% de 6 anos para cá.

Com o aparte, o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões Filho: Obrigado, deputado Tiago Correia.

Importante no discurso do deputado Tiago Correia, e em vários pronunciamentos que ele faz, agora como deputado estadual, é, realmente, que ressalta a grande gestão de Salvador.

A gente esteve, Tiago, e V. Ex.^a esteve lá comigo, na apresentação da prestação de contas do governo do estado do último quadrimestre do ano de 2018 pelo secretário Manoel Vitória. O governo do estado da Bahia espalha milhares de *outdoors* por todo o estado. Em Salvador, em tudo que é estrada você vê aqueles *outdoors* enormes, dizendo que o estado da Bahia é um modelo de gestão.

Mas, infelizmente, o estado da Bahia, e isso não é especulação, é um fato, não está entre aqueles com selo de bom pagador. Então, eu entendo, e a boa prática da gestão pública entende, que isso não é, realmente, um modelo de gestão. Diferentemente do que o prefeito ACM Neto faz na capital, porque, definitivamente, Salvador passou a ser uma cidade solvente, solvente nos seus compromissos; uma revolução na educação; no trânsito, que V. Ex.^a bem destaca aí, as mortes diminuíram.

A população de Salvador está mais consciente, mais tranquila. O radar faz o seu papel educativo. E essa máxima da indústria de multa não é uma realidade, porque os números falam por si só: as mortes diminuíram, o trânsito está mais calmo muito por conta desse trabalho preventivo da Transalvador.

E é um exemplo do modelo de gestão que ACM Neto exporta para várias cidades do país, como foi, há pouco mais de um mês, num grande congresso em Curitiba onde ele foi o grande orador, o grande palestrante, dizendo de sua experiência aqui, em Salvador, fazendo muito com um orçamento diminuto, com muito pouco orçamento.

Então, está de parabéns. V. Ex.^a vem lembrando essa gestão que é, sim, um modelo de gestão para ser seguido por todo o Brasil.

O Sr. TIAGO CORREIA: Incorporo o seu aparte, nobre colega.

Mas queria ressaltar e parabenizar o prefeito ACM Neto e a Transalvador não só por terem reduzido o número de infrações em 34% nesses 6 anos. Então, a Transalvador aplica menos multas justamente por conta da mudança no comportamento dos motoristas. As invasões de sinais, nobre colega Alan, reduziram-se em mais de 50% nesses 6 anos. As pessoas não estão invadindo mais os sinais.

A Transalvador instituiu o canal NOA, um canal interativo que não só recebe informações dos usuários, dos motoristas, como também transmite informações em tempo real, mostrando aos motoristas como é que estão as vias, onde houve acidente, enfim.

Na Avenida Suburbana, que era uma avenida problemática, onde aconteciam diversos atropelamentos fatais, nesses 6 anos a redução de acidentes com mortes foi de 65%. É louvável. Temos que parabenizar toda a equipe da Transalvador, todos os envolvidos. As faixas de pedestre elevadas que foram implementadas na Avenida Suburbana trouxeram esse resultado tão bom que tem sido replicado em outras áreas da cidade e já começam a ser solicitadas pela população, principalmente em passagens mais problemáticas.

Então, nós temos, sim, que dar os parabéns, não só por reduzir todos esses números, mas por estar provocando na sociedade uma mudança de comportamento, uma mudança positiva, em que as pessoas passam a respeitar as leis de trânsito, passam a cumprir as leis. E os resultados estão aí, e estão sendo, inclusive, copiados por outras capitais que visitam a Transalvador para entender como esse modelo de gestão pôde trazer resultados em tão pouco tempo.

Mas, deputado Luciano, V. Ex.^a falava que na apresentação do secretário da Fazenda foi reconhecido e explicitado a todos nós que o estado da Bahia perdeu a

condição de contrair créditos. Imagine, o estado não pode adquirir empréstimos, mas ele, nesse momento, nesse projeto de lei está autorizado a prestar uma contrapartida à União para obter as garantias na operação de crédito externo. Imagine, ele não pode tomar crédito, mas ele garante o crédito que a Embasa, provavelmente, vai pleitear agora para desenvolver esse projeto importante de melhoria e aumento do saneamento do nosso estado.

Mas isso demonstra como a gestão fiscal do nosso estado não está no caminho certo, apesar do secretário da Fazenda trazer avanços significativos. Ele faz um papel de excelência, principalmente na arrecadação, aumentando os índices de arrecadação, aprimorando a arrecadação, usando tecnologias para combater a sonegação de impostos. E a gente tem que aplaudir.

Mas no tocante ao investimento desses recursos arrecadados o estado ainda falha muito. São mais de 34 obras paralisadas que, juntas, somam mais de R\$ 300 milhões. Obras essas que foram paralisadas justamente pela ineficiência do estado em contratar e executar essas obras. A grande maioria foi paralisada, deputado Alan, depois do processo de licitação concluído justamente por falhas no processo de licitação, por falhas na execução.

Ora, então imaginem a quantidade de recursos que poderiam estar sendo aplicados na saúde, que poderiam estar sendo aplicados na educação, que poderiam estar sendo aplicados na Central de Regulação, que as pessoas falam que é a fila da morte. A gente não gosta de usar esse adjetivo porque as pessoas dependem da Central de Regulação para viver. E inúmeros são os pedidos.

Hoje eu já recebi dois pedidos de regulação de pessoas do interior. Hoje foi uma criança, uma menina, Alan, de 12 anos que tem um problema no crânio e está em Teixeira de Freitas, precisando ser transferida com urgência e a gente não consegue ajudar. A gente se sente impotente. Nós, enquanto parlamentares, não temos o poder de executar uma ordem para que essa criança venha à capital para um hospital que possa dar um tratamento adequado.

E nós vemos, muitas vezes, membros do governo aplaudir o sistema de regulação, aplaudir a saúde do governo do estado. E a gente não entende que a saúde está essa maravilha. Tem muito o que avançar.

O deputado Alan sempre traz os números do município. Salvador era uma das cidades que tinha a pior taxa de atendimento básico, em torno de 18%, não é isso, deputado Alan? E o prefeito ACM Neto, nesses 6 anos, avançou. Foi a capital que mais avançou, saiu de 18% e saltou para 50%. E a gente, aqui, não está dizendo que está bom, tem muito o que avançar também.

A saúde, talvez, seja um dos principais gargalos do nosso município. Seguido pela educação, que o prefeito também tem atacado de frente, tem feito investimentos acima do que é o limite mínimo determinado pela Constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele tem investido muito na saúde, investido muito na educação, e os frutos são os números que se mostram, avançando de 18% para 50%, mais do que dobrando, quase triplicando o atendimento básico em nosso município. Entendendo que o município de Salvador é um município mãe, que recebe pessoas de

todo o estado, que recebe pessoas de todas as cidades que não encontram no interior a assistência básica necessária, principalmente no tocante à saúde.

Mas nós sabemos também que muitas pessoas vêm para cá em busca de emprego, muitas pessoas vêm para cá em busca de ensino. E essas pessoas passam a morar em Salvador na casa de parentes e não são contabilizadas na população daqui. E a cidade acaba inchada, tendo que atender um número de pessoas muito maior do que o gestor conhece justamente por ter uma população flutuante muito grande.

E o prefeito ACM Neto tem feito todo o esforço possível para atender não só aos moradores da nossa capital, mas também aos visitantes que vêm aqui em busca de serviços, em busca de qualidade de vida. Muitas vezes não encontram e terminam aumentando os índices ruins da nossa capital, deputado Alex, que é campeã, também, em violência.

E o estado tem dado um péssimo exemplo nesse setor de segurança pública. Temos cidades do nosso estado elencadas no rol das mais violentas do mundo, concorrendo com cidades do México, com cidades da Colômbia, trazendo números de uma verdadeira guerra civil na qual se mata mais do que se mata no Iraque.

Então, Feira de Santana é a cidade, dentre as baianas, elencada nesse índice de violência mundial como a primeira; em seguida, vem Salvador; e depois, Vitória da Conquista, minha terra natal. Grandes cidades do nosso estado onde a violência deixa as pessoas dentro de casa, cada vez mais com medo. E nós não temos segurança para os nossos filhos, nós não temos segurança na rua; nós saímos à rua, presidente Alex, com aquela sensação de que vamos ser assaltados.

E, hoje, isso virou comum, virou normal, é senso comum. Nós vamos a uma padaria, paramos na porta e ficamos ansiosos, com medo de um revólver na janela, com medo de ser assaltado. E incorporamos isso ao nosso dia a dia, isso não é normal. Temos que parar para pensar, temos que atacar o problema de frente. A violência é um problema que atinge a todos, seja rico, seja pobre, seja negro, seja branco, seja índio, enfim, a violência não escolhe a quem ela vai atacar. Então, qualquer um de nós pode ser vítima numa simples sinaleira, saindo daqui, indo para casa. Então, é um problema...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, como eu vou usar esses 20 minutos, queria estabelecer um debate aqui com os colegas. Vejo o plenário vazio e queria fazer a solicitação para que V. Ex.^a verificasse o quórum.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, queria que V. Ex.^a marcasse os 15 minutos regimentais e que nós chamássemos os deputados e deputadas que estão no cafezinho, que estão nos seus gabinetes para se fazerem presentes aqui, para atender ao deputado Alan Sanches, que, certamente, vai falar com a Casa cheia, porque ele merece pela sua estatura, pelo seu tamanho, pela sua capacidade.

O Sr. Alan Sanches: Política.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^{as} serão atendidos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão feita pelo deputado Alan Sanches. Convido as Sr.^{as} e os Srs. Deputados a se fazerem presentes. Peço que marquem o tempo regimental.

(Pausa)

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Alan Sanches: Restabelecido o quórum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã): Obrigado, deputado Alan Sanches. V. Ex.^a tem o tempo de até 20 minutos. Não precisa utilizar todo, mas tem até 20 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Com a sua tolerância, poderá chegar a uns 23, até a uns 25, que é um número bonito.

A ousadia – ousadia no bom sentido, né? – do deputado Rosemberg está grande hoje! Não quis nem que eu desse o quórum, já tinha mais de 21.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, primeiro, eu queria trazer uma justificativa, já que teríamos, hoje pela manhã, uma visita da Comissão de Saúde à Secretaria de Saúde do Município, conforme combinado e aprovado na comissão, para uma reunião com o secretário Luiz Galvão.

O que eu trago são dados oficiais do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Município. V. Ex.^{as}, que foram todos convidados para essa reunião, poderiam acompanhar para terem certeza da veracidade das informações que vos trago aqui.

Mas acontece que recebi hoje, às 7h40 – tentei informar a todos os deputados –, uma mensagem do próprio secretário do município, Luiz Galvão, comunicando que ele estava sentindo fortes dores abdominais e precisou se dirigir ao Aliança. E perguntou se eu queria manter a reunião, já que a subsecretária poderia fazer a explanação. Eu preferi não ir e disse que era melhor, primeiro, ele verificar a sua saúde. Mais tarde foi confirmado que era um caso de apendicite e foi necessário um procedimento cirúrgico.

Então é mais do que justa, justificada e explicada a não realização dessa reunião. Assim que ele se restabelecer, marcaremos uma nova data para nos reunirmos no mesmo local, lá no 7º andar da Secretaria de Saúde. Dou essa explicação porque o deputado Alan Castro, que me antecedeu, estava questionando e dizendo que foi surpreendido. Na verdade, doença, às vezes, é igual a um acidente, ainda mais doença de urgência como uma apendicite supurada, que precisa de um atendimento emergencial.

Eu queria o deputado Alan Castro aqui, mas tenho certeza de que ele está nos acompanhando no gabinete, através da *TV ALBA*, porque quando ele traz algumas informações...

Deixarei para trazer o tema na semana que vem, mas já trago um molho hoje. Trarei na segunda-feira da próxima semana, com o conteúdo e fatos, o que tem acontecido com a fila da Regulação. Ocorrências além das que já denunciei, quando disse que entrei com ofício pedindo informações e solicitando que o Ministério Público e o Cremeb apurassem, deputada Fabíola – hoje eu vou provocá-la; sei que a senhora não está podendo falar, então vou provocá-la o tempo todo, vou falar seu nome o tempo todo –, o que nós trouxemos.

Agora recebemos algumas denúncias e percebemos que havia o que esclarecer na fila da Regulação. Já pude comprovar, deputada Fabíola, que tem paciente saindo da fila da Regulação para se dirigir aos corredores dos hospitais. Estão tirando os pacientes dos leitos e colocando nos corredores dos hospitais. Mas não é para esperar a cirurgia ser feita naquele dia. Não é como você ir a um hotel e esperar enquanto terminam de arrumar o quarto para a família entrar às 14h. Não é isso! Os pacientes ficam dias e mais dias, deputada Fabíola, nos corredores dos hospitais. Tiram da fila da Regulação e botam na fila do corredor. Vou mostrar isso com fatos para demonstrar a veracidade do que eu falo a V. Ex.^{as}.

Hoje eu estou feliz, pois vou provocá-la, deputada Fabíola, e a senhora não poderá retrucar. A deputada sabe o apreço e carinho que lhe tenho. Mas quero dizer ao deputado Robinson Almeida que o ACM Neto, amigo Robinson, ensina a fazer gestão, ele brinca de fazer gestão. E agora já está ensinando como construir novos quadros políticos, como os que trabalharam na gestão dele. Quadros tão fortes que o próprio PT já quer lançar um deles como candidato a prefeito.

Eu não tenho dúvida, deputado Robinson, de que o governo deverá ter nomes. Por isso, não sei por que tem de buscar nome dentro da casa de ACM Neto. Faz isso porque sabe que o nosso grupo tem hoje um dos maiores valores, Bruno Reis, que foi revelado aqui nesta Casa.

Temos Bruno Reis para dar continuidade a essa gestão exitosa. Digo exitosa porque a cidade agora conhece o que é ter gestor, conhece o que é ter prefeito. Todos aqui sabem disso; mesmo os que não moram em Salvador conhecem a transformação que foi feita em tão pouco tempo. Agora já temos 6 anos na Prefeitura, mas essa transformação foi feita já há alguns anos. Tanto que a aprovação de ACM Neto, junto com Bruno Reis, nas últimas eleições municipais foi de 74% em todas as zonas.

E não adianta o deputado Adolfo Menezes questionar e dizer que o nosso prefeito só trabalha para rico, porque estará faltando com a verdade. Deputada Fabíola, a senhora sabe que em todas as 20 zonais, que agora foram transformadas em 19, ACM Neto teve 74% dos votos. Isso onde tem classe alta, classe média, classe baixa, em todas. Trabalhou por todos e teve aprovação de 74%! Deu uma surra na candidata do governador, que teve, se não me falha a memória, 17%.

Sei que V. Ex.^a quer também bater palmas para ACM Neto e Bruno Reis. E para darmos continuidade a essa gestão exitosa, teremos de ter Bruno Reis...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Um aparte, Excelência.

O Sr. ALAN SANCHES: Darei sim, com muito prazer.

(...) Bruno Reis talvez tenha sido a maior revelação dos últimos tempos do nosso grupo. Começou aqui nesta Casa – deputado Jânio Natal, V. Ex.^a conhece muito bem o nosso amigo Bruno –, foi secretário de Ação Social, quando fez um bellissimo trabalho com iniciativas como o Primeiro Passo, o Morar Melhor. E com isso se credenciou a ser vice-prefeito. Devemos lembrar de que havia, naquele momento, várias possibilidades, mas ele se credenciou a ser escolhido como candidato a vice-prefeito para compor aquela chapa vitoriosa, que teve, repito, 74% dos votos.

Então, para dar continuidade a isso, deputada Fabíola...

O Sr. Alex Lima: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) ninguém melhor do que ele.

Darei no momento oportuno. V. Ex.^a é o terceiro inscrito, depois do deputado Robinson e do deputado Targino.

Deputado Robinson, já que o deputado Alex me interrompeu e cortou o meu raciocínio, concedo o aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Cumprimento V. Ex.^a, mas não estou entendendo a sua matemática aí de 74%, porque, se eu me lembro, na última eleição quem teve os 74% foi o governador Rui Costa. Eu queria que o senhor explicasse por que o candidato de Bruno Reis e de ACM Neto teve apenas 22% nas 19 zonais de Salvador. O que aconteceu? O candidato não emplacou, não empolgou? Ou o grupo não fez campanha para ele? Ou o grupo não tem mais voto em Salvador? Porque o senhor se remete à eleição de 2016.

O Sr. ALAN SANCHES: Na verdade, em abril, quando tivemos a inauguração do Hospital Municipal – estou retornando um pouquinho para contextualizar – e ACM Neto resolveu, por questões já explicadas a todos aqui na Bahia, não se candidatar ao governo do estado, foi um alvoroço.

Ele disse: “Não serei candidato porque Salvador não quer, não deseja essa minha candidatura. Eu fiz um compromisso com Salvador, que prefere que eu termine o meu mandato”.

Naquele momento, a Bahia toda – V. Ex.^a era secretário de Comunicação e sabe disso – queria o ACM Neto; até mesmo as cidades com prefeitos do PT também queriam.

Então houve aquela opção do ACM Neto de não sair candidato porque Salvador queria que ele continuasse na Prefeitura. E um dos pré-requisitos para ele ser candidato ao governo seria a aceitação desta cidade. Ele ouviu as ruas do município que lhe deu o segundo mandato de prefeito e decidiu não sair.

Nós estávamos na frente, V. Ex.^a sabe muito bem...

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) pois foi secretário de Comunicação, que nós tínhamos naquele momento uma vantagem que deixava a turma do PT doida,

tremendo, não é, Targino? Estavam tremendo diante da possibilidade de disputar com ACM Neto.

Quando houve essa opção do Neto de não ser candidato, soltaram fogos lá no Palácio de Ondina. Por quê? Como não tivemos tempo para construir uma candidatura, tivemos de buscar naquele momento, em abril de 2018, se não me falha a memória, um candidato muito conhecido ali no Sertão, mas pouco conhecido em Salvador. E assim não conseguimos essa proeza.

Mas, para quem tinha a aceitação de 70%...

O Sr. Tiago Correia: Um aparte deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) que V. Ex.^a disse que ele tinha naquela época, o governador Rui só ter dado 17% a Alice Portugal foi muito pouco. Aí eu que lhe pergunto: que matemática é essa?

O Sr. Alex Lima: Um aparte, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: A transferência de votos, deputado Robinson, é muito difícil, ainda mais quando a gente não consegue preparar o candidato. Então eu acho que seria mais ou menos por aí.

Eu queria, eu desejava, eu torcia, porque eu sabia que o melhor para a Bahia seria o ACM Neto governador.

V. Ex.^a vai ter certeza dessa matemática quando nos enfrentar em 2022. Mas, para isso, primeiro vamos dar uma surra eleitoral, uma surra de votos agora em 2020, com o nosso candidato Bruno Reis.

O Sr. Alex Lima: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Estão inscritos, primeiro, o deputado Alex Lima e, depois, o deputado Tiago.

O Sr. Alex Lima: Deputado Alan, queria agradecer pela oportunidade de poder apartear-lo. V. Ex.^a sabe do carinho e do respeito que temos na nossa relação. Mas devo dizer que se tem algo que existe na fórmula do fracasso do Democratas é esse preciosismo.

Com todo o respeito ao seu pronunciamento, mas quero dizer a V. Ex.^a que é essa forma arrogante de tratar, como se fosse... Vi isso nos últimos 4 anos aqui nesta Casa, quando parte da Bancada da Oposição – obviamente, não todos, mas alguns deputados da Oposição – fazia esse mesmo discurso que V. Ex.^a faz hoje, tratando a eleição de 2018 como favas contadas.

Na verdade, deputado Alan, prevendo a derrota fragorosa que sofreria nas ruas – o que se confirmou em outubro passado –, o Democratas simplesmente amarelou. Essa é a realidade. Queria apenas dizer que a eleição ainda está muito longe; até mesmo a eleição de 2020.

Por outro lado, já que V. Ex.^a tanto tem se referido aqui às questões da saúde pública da Bahia, queria dizer que o nome de maior expressão política do Democratas no Brasil, que é o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, mandou o seu secretário de Saúde vir aprender a fazer saúde pública no nosso estado. O seu secretário de Saúde

veio visitar os modelos das policlínicas, veio conhecer de que forma a Bahia tem revolucionado a sua saúde pública, servindo de modelo.

Reafirmando o carinho e o respeito que tenho por V. Ex.^a e respeitando o seu pronunciamento, mas acho que V. Ex.^a não ouviu os recados que vieram das urnas em 2018.

Agradeço pela oportunidade.

O Sr. ALAN SANCHES: Deputado Alex, incorporo, em parte, o seu pronunciamento. V. Ex.^a sabe do imenso carinho que lhe tenho e da amizade leal que temos. Mas aprendi na vida que microfone e papel aceitam tudo. Não vou poder contestar, agora, o que V. Ex.^a afirmou, mas posso dizer o seguinte: se Goiás está vindo, não encontrará o que espera. Uma coisa é o que se publica, há publicidade demais, Alex.

Eu me lembro que na legislatura passada cheguei a trazer a réplica de um outdoor para mostrar os milhões de reais que são gastos em publicidade. Então, isso é o que chega lá, mas quem mora aqui sabe que isso é mentira, não é a realidade.

A realidade é o que eu trarei na próxima semana, mostrando para onde estão indo os pacientes da fila da Regulação. Estão saindo da fila da Regulação, de forma urgente, para poderem dar a notícia: “Ó, pela primeira vez baixamos para menos de mil pacientes na fila da Regulação”.

Repito, estão colocando, por mais de uma semana, pacientes nos corredores dos hospitais. Trarei isso e mostrarei que não é falácia o que digo. Não adianta ficar em tela de computador dizendo... Porque a reclamação não é minha, não. Saiu no *Política Livre*, do Raul Monteiro, que atende deputado na tela do computador. Primeiro, botam a assessoria para atender, porque prefeito e deputado não têm de ser atendidos pelo secretário da Saúde. É assim que ele tem procedido. Não sou eu que digo, a própria base de governo que está falando isso, está escrito, repito, no site *Política Livre*, do Raul Monteiro.

Neste momento, darei um aparte ao deputado Tiago Correia, essa grande revelação da nossa Casa. Ledo engano de quem achava que ele, por ter sido vereador desta cidade, só conhecia Salvador. Na verdade, traz temas do interior do estado da Bahia extremamente pertinentes.

Deputado Tiago Correia, por favor.

O Sr. Tiago Correia: Agradeço as palavras, ilustre colega, mas peço vênica para corrigir a colocação que V. Ex.^a fez há pouco, já que Alice Portugal não teve 17%. Salvo engano...

O Sr. ALAN SANCHES: Eu falei 17?

O Sr. Tiago Correia: (...) ela teve 14,55% dos votos da nossa capital.

Pois bem, acredito que fazer essa correlação para medir o apoio e a aprovação a determinado gestor é totalmente descabida quando, 2 anos antes, nós vimos esse vexame aqui em Salvador...

O Sr. ALAN SANCHES: Vexame!

O Sr. Tiago Correia: (...) Mas não estamos aqui tratando disso.

Quanto à arrogância que o deputado Alex se referiu, peço vênica a V. Ex.^a, pois acredito que a arrogância e a prepotência são demonstradas, sim, no momento em que houve a desistência do prefeito ACM Neto e também com o tratamento que o governador vem dando a sua Base, inclusive na acomodação dos deputados que lutaram para que ele tivesse essa votação expressiva. Eles agora estão aí deixados de lado.

E não é de partido “a” ou “b”; são de inúmeros partidos. Isso, sim, é arrogância; isso, sim, é prepotência; isso, sim, é subir no salto. Isso, sim, é tratar os amigos, tratar os de casa, vamos dizer assim, de uma maneira que não deveria. Eles lutaram e fizeram com que conseguisse atingir nas urnas os índices que atingiu. Enfim, o governador não estava sozinho. Mas agora não tem dado o tratamento adequado a sua Base, e a prova disso foi o que aconteceu ontem nesta Casa.

O Sr. ALAN SANCHES: Isso é arrogância! Já tomou 2 a zero; e destaquemos que a nossa Bancada, deputado Alex Lima, só tem dezoito membros. E ontem a sessão não pôde continuar porque a falta de assistência, a arrogância do governador Rui Costa em não atender... E não é só o servidor que não é atendido, não. A esses, ele já disse: “Eu não vou dar, não tem conversa com professor. Se quiser, eu já disse o que é que eu posso fazer. Se não puder...”. Ou seja, ele esqueceu que foi sindicalista, ele esqueceu a sua Bancada, ele esqueceu tudo isso. Isso, sim, é arrogância!

Trazemos números, trazemos informações todos os dias. Se V. Ex.^a quiser acompanhar... sei que acompanha muito bem, já que é extremamente preparado, inteligente, sagaz e acompanha tudo que está sendo realizado aqui em nossa capital.

Hoje mesmo, encosta ali no Marotinho, no Bom Juá, anunciando miniquadra poliesportiva. Ou seja, estamos fazendo realmente uma gestão bastante exitosa, e tenho certeza de que V. Ex.^a, quando bota a cabecinha no travesseiro, reconhece que é arrogância do governador quando não atende seus aliados.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Nobre deputado Alan Sanches, inicialmente, quero agradecer-lhe e parabenizá-lo pelo brilhante discurso. E quero aqui dizer que compreendi a infelicidade da fala do deputado Alex Lima, que usou uma palavra infeliz.

A esta altura da minha vida, eu já compreendo as dificuldades das pessoas. Ele falar em arrogância e apontar o dedo para a Bancada de Oposição, nos tratando como arrogantes, é absoluta infelicidade dele. Arrogante é quem trata sua própria bancada com o chicote. A Bancada do Governo... O que eles falam nos corredores a respeito do tratamento que recebem do seu governador é impublicável.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Targino Machado: Então gostaria que o deputado Alex Lima retirasse ela palavra infeliz arrogância, porque eu acho que ele é capaz de dar essa demonstração à Casa Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado.

O Sr. Alex Lima: Peço que retire, então, das notas taquigráficas se o Líder do Democratas na Casa se sentiu agredido. Não foi essa minha intenção. Falei apenas da forma arrogante, mas atendendo a V. Ex.^a, entrando nesse espírito da nossa Semana Santa, atendo o pedido do deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Deputado, o tempo do senhor foi esgotado, por favor.

O Sr. ALAN SANCHES: Para concluir, porque vou entrar no tempo, me inscrevi outra vez, por mais 20 minutos.

Para terminar eu gostaria de dizer o seguinte: que o embate será muito bom. Nós temos um candidato, o nosso candidato será Bruno Reis e o de vocês ainda vocês ainda têm que preparar.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Requeiro nos termos do artigo 89, parágrafo único do Regimento Interno a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 300 minutos, com objetivo de apreciar as matérias constantes que estão na ordem do dia.

Os deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Próximo inscrito deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, meu caro líder deputado Targino Machado, confesso que estava com saudade aqui desta Casa pulsando, das obstruções que fizemos aqui nos mandatos anteriores. Quero parabenizar V. Ex.^a pela condução da aguerrida Bancada da Oposição. Como disse aqui o deputado Alan Sanches, apesar de em número inferior, muito inferior, a Bancada governista faz seu trabalho de uma forma séria, correta, mostrando sempre aqui as deficiências do governo, sem querer atirar pedra por atirar vai fazendo uma oposição coerente, uma oposição realmente pensando sempre no melhor para este estado.

Queria aproveitar aqui esse tempo da nossa obstrução para fazer um pequeno panorama em relação a algumas demandas de diversas regiões do nosso estado. Queria começar falando sobre a questão da BR-415, no trecho que liga Ilhéus à Itabuna. E quero dizer que eu sou totalmente a favor dessa obra. É uma obra essencial para o desenvolvimento da região, é uma obra que a região de Ilhéus, ou seja, a cidade de Ilhéus, a cidade de Itabuna clama já por muito tempo. É uma obra que já foi prometida diversas vezes. Questionaram-me aqui, há mais ou menos 15 dias, quando eu falei sobre essa obra, e disseram que eu era contra essa obra. Eu falei, não! Eu sou a favor da obra. Eu repito: essa obra é essencial para o nosso estado. Essa obra é essencial para o Sul da Bahia. Aquela rodovia não comporta mais o número de carros

todos os dias. Uma estrada, relativamente pequena, pouco menos de 30 km. Você, hoje, para fazer o seu trajeto, gasta quase que o dobro do tempo que gastaria, se não tivesse tanto engarrafamento.

A região cresceu, a cidade de Ilhéus, a cidade de Itabuna cresceu e, merece sim, essa obra. Só que o meu questionamento em relação a essa obra é que o governo do estado, por três vezes, já assinou a ordem de serviço. Em outubro de 2017, o governador, acompanhado do prefeito de Ilhéus, acompanhado do prefeito de Itabuna, acompanhado de uma grande quantidade de prefeitos de toda a região, de deputados, ali, logo na entrada de Itabuna, fizeram um grande evento. Um evento grande, com muita gente. Eu vi ônibus chegando de toda a região. Eu vi a população se encher de expectativa, imaginando que essa obra fosse sair. A ordem de serviço foi assinada. Já se passaram mais de 1 ano e 6 meses e a estrada não começou. E, olhe lá! Depois de 1 ano e 6 meses que foi assinado, e não tem nada ainda!

Este é o meu questionamento: será que o governo do estado, quando deu àquela ordem de serviço, não sabia que não teria condições de começar a tão sonhada obra?

E, pasmem, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, no mês passado, saiu o resultado de uma licitação, mostrando a empresa que ganhou a licitação para realizar o estudo, o projeto dessa obra. Imaginem! Será que existe isso? Você dá uma ordem de serviço e, quando imaginamos que a obra vai começar, depois de 1 ano e 6 meses aparece o resultado. O resultado saiu no *Diário Oficial*, da empresa que ainda fará o projeto da obra.

Será que na Bahia é diferente? O projeto sai depois da ordem de serviço? Então fica aqui o meu questionamento ao governo do estado em relação a essa obra.

Gostaria de reafirmar o quanto eu sou a favor dessa obra, o quanto eu torço para que essa obra saia, e gostaria também de questionar o que o governo tem feito com a população do Sul da Bahia. Foi gerada uma expectativa desnecessária pois se não tinham condições de iniciar a obra, imediatamente, para que então uma ordem de serviço?

Falando do Sul da Bahia também, eu queria falar sobre o Hospital Regional Luís Viana Filho. Um importante hospital que foi fechado pelo governo do estado. Um hospital que era referência no atendimento de emergência e de urgência. Foi fechado logo após, deputado e presidente, amigo, Fabrício Falcão, à abertura do Hospital da Costa do Cacaú. O Hospital Costa do Cacaú é importante para a região, importante para Ilhéus e Itabuna, só que é um hospital que tem uma característica totalmente diferente do Hospital Regional Luiz Viana Filho.

O Hospital da Costa do Cacaú é um hospital de média e alta complexidade. Ou seja, fecharam um hospital que era referência na emergência e na urgência, um hospital que quando as pessoas tinham qualquer dificuldade, qualquer problema na área de saúde, procuravam o hospital regional, e fazem um hospital com uma característica totalmente diferente.

E para piorar, quando o Hospital Regional Luiz Viana Filho foi fechado, a Secretaria da Saúde do Estado anunciou, que ali naquele local iriam construir um hospital de referência materno-infantil. E olhem que já faz 1 ano e 1 mês que esse

hospital regional foi fechado e não tem nenhum indício da obra do hospital materno-infantil no lugar do hospital regional.

Recentemente, foi publicado também o resultado de uma empresa que vai fazer o estudo arquitetônico para se fazer essa obra. Mas pasmem, Srs. e Sr.^{as} Deputadas! Como pode? Foi anunciado que 6 meses depois esse hospital estaria funcionando e, depois de 1 ano e 1 mês, está lá anunciado a empresa que ainda irá fazer o projeto. Imagine, deputado Jânio Natal! Quando vão começar essa obra!

Então, fica aqui, mais uma vez, o meu questionamento à Secretaria de Estado da Saúde, para que ela mostre à população ilheense, mostre a esta Casa o que tem acontecido. O porquê disso aí, de anunciar uma obra, de prometer uma obra, de gerar uma expectativa na população, e essa obra não sair do papel.

Então fica aqui, o deputado Alan Castro, que é o grande defensor da Secretaria da Saúde, ele não está aqui, mas eu peço a ele que pudesse utilizar o prestígio dele para informar a este Parlamento, informar à sociedade ilheense o que aconteceu com a tão falada, tão propagada reforma no lugar do hospital regional para se construir um hospital materno-infantil e que a população ilheense merece e precisa, sim, porque a saúde pública de Ilhéus precisa, sim, de uma atenção de qualidade do governo estadual.

Falei aqui mais cedo sobre outra região, a região de Irecê. Falei sobre a questão da Embasa, em que a região ficou sem água durante três meses, desculpem, três dias; falei dos transtornos que causou aos comerciantes, aos hotéis, aos restaurantes, aos moradores, as aulas tiveram que ser interrompidas por causa da falta d'água. E a Embasa justificou que a falta d'água era por causa do rompimento da adutora do São Francisco. Uma importante adutora, mas uma adutora em que se gastou 180 milhões e constantemente tem tido essa situação, o rompimento que tem prejudicado o abastecimento de água em Irecê. A Embasa teria que dar explicações à sociedade, falando o porquê, se existe algum erro no projeto, se eles estão com alguma dificuldade na manutenção. Ficamos sem saber de nada! Nenhuma informação! Infelizmente, quem sofre é a população de Irecê e região, que ficou mais uma vez, durante dias e dias, sem água.

Falei também aqui sobre a BA-122, no trecho que liga o entroncamento da estrada do Feijão até o município de Cafarnaum, passando por Mulungu do Morro, chegando em Souto Soares, no Distrito do Segredo. Essa estrada está em péssimas condições, prejudicando o escoamento da produção de verduras, prejudicando ali um polo, um polo econômico que se cria fortemente naquela região, que é o polo eólico, prejudicando as pessoas que trabalham no município e têm que viajar de um município para outro para retornar a Cafarnaum, a Mulungu do Morro, as pessoas que têm, deputado Eduardo Alencar, que utilizar com frequência ou diariamente aquela estrada.

Então, fica aqui a minha cobrança. E quem me conhece sabe que não faço oposição por oposição. No dia de ontem foi inaugurada a BA-144, no trecho que liga Morro do Chapéu passando por Várzea Nova chegando até Lajes do Batata. Essa

estrada foi alvo de diversos questionamentos meus, diversos pronunciamentos, aqui desta tribuna, cobrando a recuperação daquela estrada. E ontem foi recuperada.

E o que for bom para a Bahia terá o meu aplauso, mas o que estiver faltando, o que a Bahia estiver precisando terá a nossa voz aqui para defender.

Falei também, e o deputado Eduardo Alencar conhece bem porque é daquela região da Chapada, sobre a questão que tem assustado muito quem tem que trafegar pela Estrada do Feijão, a famosa BA-102, famosa Estrada do Feijão. Quem sai ali do trecho de Ipirá passando por Baixa Grande – o deputado Targino conhece bem aquela região –, passando depois por Mundo Novo, chegando até Porto Feliz, tem sido ali esse trecho alvo de constantes assaltos: assaltos, sequestros, assaltos à luz do dia, sequestros à luz do dia. E eu, mais uma vez, questionei também a Secretaria de Segurança Pública, o governo do estado, sobre essa questão. Tem que tomar uma atitude urgente. São famílias que já foram sequestradas, foram trabalhadores que perderam seus carros, foram pessoas que têm hoje trauma, deputado Targino, de andar ali, de rodar ali naquele importante trecho do nosso estado, ali na Estrada do Feijão.

Então, peço mais uma vez providências ao governo do estado em relação a isso que relatei aqui para todos os deputados.

Queria falar também agora da região do Vale do Jiquiriçá, uma importante região, deputado Rogério Andrade, importante região do nosso estado. E, aí, no mês passado eu fui a Ubaíra. Ubaíra estava sofrendo com uma crise hídrica muito grande, sofrendo com uma seca muito grande. E a barragem que abastece Ubaíra estava secando, e a Embasa não fez nenhum tipo de ação emergencial para suprir a demanda de água dos moradores de Ubaíra. Pior, deputado Targino, a Embasa não fez um planejamento, pois Ubaíra cresceu, uma cidade grande hoje, cidade que tem uma bela administração do prefeito Fred Andrade, mas a Embasa não projetou essa barragem para o número de habitantes que ia aumentar no futuro. E a população de Ubaíra passou por sérias dificuldades, sérios transtornos, deputado Targino, e quem salvou população de Ubaíra foi São Pedro, porque a chuva veio, ajudou a minimizar esse sofrimento, porque se fosse depender da Embasa a população de Ubaíra até hoje estava lá tendo que receber água de carro-pipa.

Queria falar também aqui da região de Jacobina, uma importante região do nosso estado, uma região próspera, de uma estrada importante que é a BA -131, que é aquela estrada que vem lá de Sr. do Bonfim, passando pelo entorno de Campo Formoso, ali a terra do nosso deputado, querido deputado Adolfo Menezes, passando por Antônio Gonçalves, logo depois Pindobaçu, Saúde, chegando em Caem, essa estrada também está em péssimas condições.

Peço aqui ao governo do estado, a Secretaria de Infraestrutura que priorize aquela estrada, que é uma estrada importante, que é uma estrada que, realmente, precisa de um atendimento urgente para diminuir, para dirimir as dificuldades de quem tem que passar diariamente ou ocasionalmente por essa estrada.

Então, eu fiz questão de mostrar aqui um panorama e algumas demandas em diversas regiões do nosso estado: demanda na infraestrutura, demanda na segurança.

E peço que os deputados que estão aqui presentes, muitos que estão aqui que representam diversas regiões que falei aqui, que nos ajudem na cobrança ao governo para que a população dessas regiões não continue sofrendo por falta de infraestrutura ou por falta de segurança pública de qualidade, onde as pessoas tenham a tranquilidade e o pleno direito de ir e vir com tranquilidade e com paz.

Mas para terminar, queria deixar aqui o convite a todos os deputados, eu que tenho a honra de ter sido escolhido pela minha bancada, e escolhido pelos meus pares e colegas da Comissão de Infraestrutura, para uma audiência pública com o secretário da Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, na próxima terça-feira. Nós teremos a oportunidade de recebê-lo aqui, ele que sempre nos atende de maneira cortês, sempre atencioso, e tem procurado atender as demandas. Logicamente que não é questão do secretário, mas é questão de prioridade do governo do estado que falta priorizar esses investimentos em infraestrutura.

Eu acho que no próximo dia 23, será um grande debate, onde o secretário terá a oportunidade de mostrar o planejamento, as ações da sua pasta para os próximos anos. Essa comissão que também já tem agendado uma importante audiência pública com a Via Bahia para discutir a questão da BR-116, da duplicação da BR-116, bem como os entornos dos municípios de Antônio Cardoso e do município de Santo Estêvão.

O Sr. Tiago Correia: Com um aparte, deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Só um minuto, deputado.

Temos aí também, já discutimos com o deputado Tiago Correia, a questão do aeroporto de Salvador, onde o preposto que administra o aeroporto, a concessionária que administra o aeroporto de Salvador, veio aqui numa sessão conjunta, proposta pelo meu amigo e deputado atuante, deputado Tiago Correia, a quem eu dou o aparte com todo o prazer.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Pedro Tavares, queria aqui me associar as palavras de V. Ex.^a que traz temas importantes do nosso estado, a exemplo da duplicação da estrada que liga Ilhéus a Itabuna, que foi anunciada em 23 de julho de 2016, depois em 6 de outubro de 2017.

Vamos ver até quando o governador vai realizar eventos, convidar toda a sua bancada para tirar fotos bonitas e postar na *internet* como também a ponte já anunciada desde a época do ex-governador Jaques Wagner. Até hoje, vimos, aí, festas e coquetéis para anunciar obras que não saem do papel.

Mas, no tocante à duplicação da BR-116, V. Ex.^a traz o assunto com muita propriedade a esta Casa. Gostaria de dizer também que, em breve, nós faremos uma audiência. Convocaremos a Via Bahia a vir a esta Casa, pois esta empresa acaba de sofrer uma fiscalização por parte da Polícia Federal por indícios na compra de laudos sobre a pavimentação das suas estradas para ela continuar cobrando os pedágios.

Mas nós estamos estudando o contrato. Estou com o contrato no gabinete. E, diariamente, eu tenho lido um pouco para entender o que a Via Bahia deixou de entregar como, principalmente, os viadutos do Anel Viário de Vitória da Conquista e a duplicação de 18 quilômetros nos dois sentidos da BR-116 atravessando Vitória da

Conquista. O prazo já venceu. A Via Bahia, sequer, começou essas obras que estão no contrato.

Nós vamos trazer a Via Bahia à Comissão de Defesa do Direito do Consumidor e à Comissão de Infraestrutura para entender o que está acontecendo, pois o consumidor paga caro por esses pedágios. Caso seja, nós vamos pedir o cumprimento rigoroso do contrato e se for o caso, até, o rompimento do contrato dessa empresa que não tem prestado um bom serviço ao nosso estado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainhas.)

O Sr. PEDRO TAVARES: Eu incorporo o seu aparte, deputado.

Para concluir, já está agendado, para o dia 7 maio, uma audiência pública com a Via Bahia.

E eu queria pedir a V. Ex.^a a aprovação, na sua comissão, onde V. Ex.^a é presidente, a importante Comissão de Defesa do Consumidor, para fazermos esta audiência pública conjunta, a fim de tirarmos os devidos esclarecimentos e questionamentos que V. Ex.^a, com propriedade, mencionou.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o deputado Capitão Alden pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Senhoras e senhores, boa noite a todas e a todos.

Eu gostaria de dar conhecimento a esta Casa acerca de alguns absurdos que vêm ocorrendo com relação ao tratamento que está sendo dirigido a alguns policiais militares que foram presos e estão presos até a presente data por conta de uma ocorrência policial que ocorreu na cidade de Ibotirama.

Eu gostaria de aproveitar o ensejo e ler, exatamente, a nota de repúdio publicada e divulgada, amplamente, pelos aplicativos como o *WhatsApp*, dentre eles, por diversas cidades do estado da Bahia, relatando e descrevendo, sucintamente, o acontecido nessa ocorrência com os policiais militares. O texto diz.

Nota de repúdio às ações praticadas pelo delegado da Polícia Civil, o Dr. Geraldo Sérgio S. Almeida, durante o cumprimento de mandado de prisão preventiva em desfavor de policial militar no município de Ibotirama.

Gostaríamos, através desta nota de *WhatsApp*, de manifestar a nossa total indignação e repúdio às ações perpetradas pelo Dr. Geraldo Sérgio, delegado titular do município de Muquém do São Francisco, que, no dia 06/02/2019, para cumprir ordem judicial de prisão preventiva de um policial militar, agiu com total desrespeito e desprezo para com o mesmo, bem como com toda a bicentenária instituição Polícia Militar da Bahia que carrega nas costas a segurança pública no estado.

Além de não ter participado nada ao comandante da 28ª CIPM/Ibotirama, o delegado Geraldo orquestrou um conflito institucional nunca antes visto entre as Polícias Civil e Militar para atender a satisfações meramente pessoais.

A referida autoridade policial, tendo consciência de que a prisão deveria ser realizada na presença de prepostos da Polícia Militar por se tratar de preso policial

militar, marcou, com a Rondesp-Oeste, um ponto de encontro em um local e propositadamente marcou, apenas, com as guarnições da Polícia Civil em outro local.

Daí em diante, foi um circo de horrores. Vejam, três guarnições da Polícia Civil invadiram a casa do policial militar que, apesar de estar apenas trajando uma cueca, foi algemado como se fosse um bandido sem ter oferecido qualquer resistência. O policial teve a sua residência revirada na frente de sua família e dos vizinhos aos gritos finos, agudos e histéricos do delegado Geraldo.

O policial foi posto na viatura como se fosse um marginal e levado para à 24ª Coorpin em Bom Jesus da Lapa, sendo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 1.002, de 1969, o policial militar deveria ter sido entregue, imediatamente, à sua corporação para que esta o custodiasse.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, o comandante da 28ª CIPM deslocou-se imediatamente até o local onde o militar estava sendo ilegalmente custodiado pelos policiais civis e recuperou a custódia do mesmo.

Vale salientar que o policial militar teve sua prisão preventiva decretada em decorrência de um auto de resistência contra um criminoso pertencente, inclusive, a uma facção criminosa chamada BDM com extensa ficha criminal, com várias testemunhas apontando, inclusive, que ele ofereceu resistência à polícia e que atirou, inclusive, contra sua guarnição em uma abordagem, tendo a medida sido solicitada pelo delegado Geraldo por motivos políticos.”

Há o mais interessante. Os senhores podem ir à referida página social deste delegado no *Facebook*. Lá, os senhores encontrarão, pasmem, diversas postagens, anteriores à prisão, com cunho, extremamente, pejorativo em relação à Polícia Militar, com reportagens, com incitações, com frases de que policiais militares matam, perseguem, fazem e acontecem. Principalmente, percebe-se, nas postagens do *Facebook*, uma série de outras postagens direcionadas a cunho político, especialmente, direcionados ao PT.

Então, a nota diz aqui.

(Lê) “Parabéns à Polícia Civil da Bahia por ter realizado, de forma tão odiosa e antiética, a prisão de um policial correto, pai de família, honesto e cumpridor dos seus deveres por estar cumprindo sua missão, defender a sociedade e não por estar roubando, extorquindo, pegando arrego de traficante, depenando carro apreendido, participando de assalto a banco e grupo de extermínio.”

Nós temos as fichas de conduta de cada um dos policiais militares envolvidos na ação policial militar. Todos eles têm, em suas fichas, excelente comportamento. Nós temos, aqui, diversas reportagens de jornais locais apontando a atuação excelente desses policiais na redução da criminalidade e da violência na cidade de Ibotirama.

Há o mais interessante. O delegado, ao fazer a prisão, ele, simplesmente, além de não informar ao comandante da companhia, o comandante imediato daquele policial militar, conforme prevê as orientações e procedimentos policiais, ele ignorou o comandante ao não informá-lo, acionou uma outra viatura, marcou em um local predeterminado, não compareceu, levando, apenas e tão somente, as suas guarnições da Polícia Civil.

E, para piorar, além de não chamar o comandante, não apresentar, ao comandante, o policial militar que estava sendo preso, ele levou para uma outra delegacia a mais de 250 quilômetros de distância. Tudo isso para dificultar que esse policial militar tivesse assistência jurídica adequada, tivesse assistência do seu comandante que não foi informado, em nenhum momento, dessa atuação que ocorreu na cidade de Ibotirama.

Então, desde o dia 12, esses policiais se encontram, ainda, presos, não tiveram, ainda, julgamento do seu mérito.

Então, a gente está pedindo, aqui, o apoio da OAB/BA, porque, nessa hora, deveria estar, também, atenta a situações praticadas contra policiais militares que deveriam, neste momento, estar acompanhando o processo para garantir que, efetivamente, todo o processo esteja ocorrendo conforme os procedimentos exigidos por lei.

Então, fica aqui o nosso repúdio!

Nós sabemos que a grande maioria dos delegados da Polícia Civil são pessoas honradas, são pessoas compromissadas, são profissionais. Nós não podemos deixar, de forma alguma, que, apenas, um indivíduo, com características extremamente nocivas à sua corporação, venha a agir, de maneira seletiva, contra os policiais militares da Bahia.

Passado esse ponto, eu gostaria de retratar uma questão que, provavelmente, em breve, será discutida nesta Casa. O ministro da Cidadania, Osmar Terra, sinalizou a necessidade de aperfeiçoar o Marco Legal da Primeira Infância com a ampliação da licença maternidade para o prazo de 12 meses.

Atualmente, esse prazo, para o mercado privado, para as empresas privadas, é de 4 meses. Para o serviço público federal, as mulheres possuem a possibilidade de licença maternidade de, aproximadamente, 6 meses. A proposta do governo federal é ampliar a licença maternidade, inicialmente, de 6 para 12 meses.

Quais são as minhas considerações a respeito da licença maternidade com relação à ampliação para 6 meses e, depois, logo em seguida, para 12 meses? Nós sabemos, hoje, que é muito importante a presença da mulher na vida dos seus filhos. É extremamente importante, inclusive para a saúde e para a redução dos custos com a saúde pública que efetivamente as mulheres tenham total possibilidade de acompanhar os seus filhos, principalmente, nos 6 meses que são recomendados pela Organização Mundial de Saúde, no que se refere ao período de amamentação.

Todas as pesquisas científicas apontam que aquelas crianças, que conseguem minimamente e principalmente durante 6 meses serem amamentadas conforme preconiza a Organização Mundial de Saúde, terão a possibilidade de no futuro terem uma qualidade de vida muito melhor do que aquelas que não têm a amamentação pelo período de 6 meses.

Dito isso, o que é preciso salientar aqui e apontar para os senhores? Hoje, todo encargo... muito a sociedade comenta que o empregador não pode assumir o ônus sozinho dessa conta. Nós sabemos a importância no aspecto da família, no aspecto de prevenir doenças no futuro, obesidade, a importância de se ter o pai e a mãe juntos,

nessa fase de crescimento tão importante da criança, porque hoje o governo federal, através dessa medida, inicialmente de 6 meses para o serviço público e de 4 meses para o mercado privado... o governo federal oferece um programa que é estendido para aqueles que querem conceder às mulheres no mercado privado licença por 6 meses, o Programa Empresa Cidadã.

O governo federal permite que aquelas empresas que queiram participar do projeto concedendo 6 meses de licença às mulheres terão a possibilidade de dedução no imposto de renda e diminuição de uma série de outros encargos federais.

Eu entendo que se essa temática é tão importante, se a família, se a saúde, se os valores familiares são tão importantes para o país, essa não deve ser uma questão apenas tratada pelo governo federal. Se o governo federal, hoje, através do Programa Empresa Cidadã, permite a dedução em imposto de renda, no caso do empresário, do empregador, deduz uma série de impostos federais, nada obsta que o estado e os municípios também possam contribuir com sua parte.

Se a União pode hoje deduzir do imposto de renda e outros impostos federais, o que obsta, o que impede os estados e os municípios de também arcarem com sua parte, com a sua responsabilidade social? Existe aí para o empregador, uma série de tributos que são pagos, desde tributos e impostos estaduais, inclusive impostos e taxas municipais, seja IPTU, seja uma série de outros impostos, que o estado representado pelo município e pelo próprio governo do estado, poderia também auxiliar o governo federal para que esses empresários pudessem ter diminuídos esses custos, já que essa mulher vai estar afastada 6 meses.

Então, se a gente de fato entende que a família é algo importante e que deve ser preservada, que deve ser cultuada, toda a sociedade tem que participar, deve participar desse processo e garantir que cada vez mais a gente tenha uma família sólida, uma família eficiente, uma família organizada. Só para se ter uma ideia, se os senhores forem a alguns estados do sul do país, os senhores vão ver que até hoje é muito pouco, é muito pouco... mas ainda existem algumas cidades, existem alguns países que valorizam tanto a família, deputado Hilton Coelho, que no horário de meio-dia, todas as empresas fecham, malmente ficam abertas as farmácias, os hospitais, os serviços indispensáveis, mas as empresas, quando dá meio-dia, todas elas fecham, shoppings fecham. Sabem para quê? Para permitir que naquele horário de meio-dia, aquele horário de 1 hora e meia, 2 horas, o pai e a mãe possam estar em casa almoçando com os seus filhos. Isso é valorizar a família, isso é valorizar a constituição familiar como a instituição mais importante que o país tem.

Hoje, talvez, nós estejamos pagando o preço com violência, famílias desestruturadas, crianças que não têm o acompanhamento do pai e da mãe. Inclusive, aproveito aqui para dizer que a questão da família ela tem que ser vista de uma maneira muito especial, independente se homem/mulher, homem/homem, mulher/mulher, não interessa, a instituição família ela deve ser preservada, deve ser, sim, exaltada.

Então, no momento oportuno, quando essa temática chegar aqui nesta Casa e nós pudermos sugerir, propor projetos de lei permitindo que o estado e até mesmo o

município através de indicação de lei, ele possa também ajudar o governo federal no sentido de diminuir taxas e impostos para que a gente possa garantir efetivamente às mulheres o pleno direito de gozar de licença maternidade de pelo menos 6 meses durante a amamentação dos seus filhos, e a gente possa ter um país com uma qualidade melhor, com cidadãos melhores e muito mais bem direcionados para a questão social.

Agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Depois do nobre colega Capitão Alden, teve uma permuta aqui entre o deputado Luciano.

Pastor Tom, pelo tempo de até 20 minutos, esse nobre conterrâneo de Feira de Santana.

O Sr. PASTOR TOM: Sr. Presidente em exercício, deputado Fabrício Falcão, Srs. Deputados e Deputadas, deputado que comanda a cidade de Serrinha, meu amigo Osni, eu quero dizer para esta Casa que tive a oportunidade de sentar do lado desse grande deputado Fabrício Falcão e que eu aprendi coisas bacanas, naquele momento em que estive com V. Ex.^a, mas não vou comungar com V. Ex.^a.

Mas você é meu amigo, filho de Feira de Santana, não é deputado? Filho de Feira.

Olha, eu quero aproveitar esse tempo precioso que esta Casa nos proporciona para trazer um assunto de grande relevância, deputado Euclides, que eu tive a oportunidade de conhecer na cidade de Feira de Santana, ali, quando eu estava militando como vereador.

Eu quero trazer um assunto, uma decisão judicial. Eu aproveitei aqui para tirar cópia dessa decisão judicial e queria ler na íntegra para que os Srs. Deputados e Deputadas que são preocupados com o povo baiano, são preocupados com as mulheres, atentassem e mandassem lá um recado para o governador, para o secretário da Saúde, para o diretor Pitangueiras, para que resolvessem o problema do povo, não só de Feira de Santana, mas da Bahia, deputado e doutor Targino Machado. As mulheres estão sofrendo, em Feira de Santana, porque não têm atendimento ginecológico. E aqui está a decisão...

O Sr. Targino Machado: E as mulheres daqui não falam nada.

O Sr. PASTOR TOM: Pois é, pois é! Eu participei, aqui, atento àquelas manifestações bonitas, meu amigo, deputado Diego Coronel. Eu participei, aqui, ativo e vendo as demandas das mulheres. As comissões operando em alta, com alta velocidade, para defender a mulher da minha Bahia e eu junto aplaudindo, batendo palma. Mas, agora, eu não vejo as mulheres, essas deputadas guerreiras que foram eleitas pela maioria das mulheres, me ajudando a retornar o atendimento ginecológico para as mulheres de Feira de Santana. Aqui está o meu apelo, aqui está o meu apelo, aqui está o meu apelo, deputados e deputadas, que isso venha a sair do papel.

Eu estou com o número do processo. Uma ação cível pública, meu grande Líder, Líder do Governo, grande deputado, quero ler, está aqui o despacho. Eu aproveitei e trouxe, na íntegra, aqui, o despacho do juiz, da Excelência, determinando que volte esse tratamento para o povo menos favorecido. Aqui está o número do processo. Número do processo, vou ler na íntegra aqui:

(Lê) “*Processo: 8000107-80.2019.8.05.0080.*

Assuntos: terceirização do SUS, Financiamento do SUS, Hospitais e Outras Unidades de Saúde.

Autor: Ministério Público da Bahia.

Réu: Estado Da Bahia.

Cuida-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público contra o estado da Bahia. O autor afirma ter instaurado o inquérito civil nº 596.9.107/2018 visando a apuração de fato relativo a sua Curadoria de Saúde, consistente na interrupção do atendimento de urgência e emergência ginecológica do serviço público que era prestado pelo Hospital Geral Clériston Andrade (HGCA), mesmo diante da inexistência de outro lugar que pudesse atender mulheres que vivem na macro região de Feira de Santana e que necessitam dos serviços de urgência e emergência. Os procedimentos do Inquérito Civil seguiram e os agentes responsáveis pelos órgãos de saúde, com competência sobre o caso, foram ouvidos. O Ministério Público frisou, por meio do Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça, Dr. Audo da Silva Rodrigues, como de grande importância a resposta apresentada pelo réu através do HGCA...”

Hospital Geral Clériston Andrade, Hospital Geral Clériston Andrade, Hospital Geral Clériston Andrade, quero até frisar esse nome aqui.

“(...) dando as seguintes justificativas:

1) o encerramento do serviço de ginecologia e obstetrícia se deu em 20 de dezembro 2017;

2) aqui tem: a Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana é o órgão indicado para a informação sobre onde atualmente a assistência à saúde da mulher está sendo prestada E aí vem:

3) que o Hospital Clériston Andrade não dispõe de ginecologistas e obstetristas na urgência e nem na emergência.”

(A Sr.^a Deputada Fabíola Mansur mostra uma placa ao deputado Pastor Tom com a seguinte grafia: Ginecologista.)

O Sr. PASTOR TOM: Gi, gi, obrigado, tenho a humildade aqui de receber, muito obrigado, deputada. Às vezes a língua pega aqui, mas o importante é que saiu: ginecologista, gi. Ó, dona Gi, seu Gi. Pronto, gravei aqui agora. Muito obrigado.

E que o hospital Clériston Andrade não dispõe de ginecologista, agora saiu bacana, e obstetras na urgência e nem na emergência.

(Lê) “(...) Prossegue o órgão da ação afirmando que houve a transferência da obstetrícia para hospital referenciado, o Hospital da Criança, que além de ter

capacidade limitada ao atendimento de crianças, acabou por absorver as atividades de alto risco inerentes ao campo da obstetrícia.

Por sua vez, o Hospital da Mulher desempenha função semelhante na cidade de Feira de Santana, atendendo gestantes e possuindo ambulatório de ginecologia, mas é habilitado, somente, para situações em que há baixa e média complexidade, além de não atender vítimas de violência sexual e mulheres que necessitam de obstetrícia em alto-risco, alegando que, quando esses casos aparecem nas portas abertas do hospital, ficam dependendo de regulação por parte do Estado da Bahia, pois o Hospital da Mulher não tem em sua estrutura UTI para pessoas adultas, cardiologista, neurologista, nefrologista e demais especializações para pacientes de alto-risco em saúde da mulher.

Por fim, os casos que foram, de alguma forma, levados ao Hospital da Mulher, tiveram encaminhamento para a rede municipal de saúde e essa casa não soube sequer dizer se o resultado do atendimento e pacientes vítimas de abuso sexual foram atendidas, havendo inabilitação técnica que se prestasse a esse fim.

O Ministério Público, através da 2ª Promotoria de Justiça, prossegue dizendo que a gravidade dos fatos relativos à suspensão unilateral do atendimento de urgência e emergência ginecológica está clarividente com a oitiva das profissionais médicas que, antes, exerciam o nobre ofício junto ao HGCA, de natureza necessária e envolvendo área populacional com abrangência sobre 126 (cento e vinte e seis) municípios do Estado da Bahia, transcrevendo, nos documentos numerados como folhas 10, 11 e 12, o depoimento de médicos d o HGCA declarando que o atendimento parou e essas mulheres estão desassistidas desde dezembro de 2018.

Às fls. 13 e 14 do documento próprio, o Ministério Público também trouxe declarações do diretor da Rede Própria de Gestão Direta do Estado, do qual enunciou: a diretoria da qual faz parte tem a função de coordenar todas as unidades de saúde sob gestão direta do Estado, à qual o HGCA está vinculada; a ginecologia também entrou nessa discussão, porém o HEC não estava com todas as instalações adequadas para o oferecimento do serviço, não estando ainda habilitado para oferecer esse serviço; foi constatada pela SESAB a falta de prestação do serviço de urgência e emergência psicológica; na qualidade de diretor, foi solicitado pela diretora-geral informar que os profissionais do atendimento médico emitiram nota técnica deliberando pelo retorno do serviço de urgência e emergência com portas abertas e o comprometimento de formalizar o atendimento normal do serviço pelo HGCA o que, mesmo assim, ficou sem resposta por parte do Estado da Bahia.

Concluiu, o autor, que após diversas reuniões e depois de ouvir diversas autoridades médicas responsáveis pelo assunto da saúde na macrorregião de Feira de Santana, afirma não ter restado outra alternativa que a de recorrer à via Judicial para ver tutelados os direitos à saúde e à vida digna de que são possuidoras as habitantes de Feira de Santana e macrorregião, compelindo o Estado da Bahia a restabelecer, imediatamente, o atendimento de urgência e emergência do Hospital Geral Clériston Andrade em obstetrícia e ginecologia.

É o relatório.

Decido.

As ações e serviços de saúde são espécies de direito à saúde qualificado pela Constituição do Brasil como prestação essencial de relevância pública (CRFB, art. 197. 'São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado'), cuja ordem legitima a atuação do Ministério Público nas hipóteses em que a Administração Pública, anormalmente, deixar de respeitar o mandamento constitucional, frustrando à eficácia jurídico-social por comportamento desviante da devida execução dos meios de acesso à saúde da população.'

Aqui está uma ação que o próprio Ministério Público apresenta ao povo da Bahia, e aqui nessa mesma decisão tem a decisão do Juiz pedindo para que o governo do estado venha retornar esse atendimento.

Eu fico triste, eu estou aqui trazendo esse assunto, mas eu fico muito triste deputada, porque eu tive oportunidade de vivenciar a situação de uma senhora, num bairro, aliás, no distrito da Matinha, onde eu tenho também um barraquinho, e visitá-la no posto de saúde e ver o sofrimento daquela senhora com hemorragia, sem parar, deputado Targino Machado. E a gente ficar impotente sem poder ajudar, porque a obrigação de ajudar é do governo do estado. É do governo do estado essa atribuição de cuidar do menos favorecido, de cuidar da saúde.

E aqui eu trago uma ação civil pública pedindo retorno e o secretário de Saúde, por entender que é o dono da razão, que é o dono da verdade não ouve ninguém, aí cai lá na mão do Dr. Pitangueiras, que também tem que bradar, viu Pitangueiras, tem que bradar, não pode ficar calado recebendo tudo, não, porque as demandas vão para o senhor. Agora, eu não vou ficar calado, meu povo estar sofrendo. Eu acho que todos os senhores já ouviram aqui a história desse humilde jovem que chegou a ser deputado. Então eu sei o que é passar dificuldades.

Então aquelas pessoas procuram ajuda dos políticos, das pessoas com poder financeiro elevado, e quando a gente vai procurar a quem de direito não resolve o problema. Então eu fico triste, muito triste mesmo por ver essas pessoas necessitadas... E o que eu fico aqui indignado é que eu vejo propaganda o tempo todo do governo do estado dizendo que a saúde vai bem. "Estamos aqui! Estamos aqui! Está sobrando dinheiro, que investimento! E o povo morrendo! Eu vi os outdoors! Aquilo ali é mais baratino, é mais história, ali é história para boi dormir, dizendo que está sobrando dinheiro e o povo morrendo.

E eu não vou me calar aqui, eu vou usar esses microfones potentes, que eu entendo que esses microfones potentes têm o poder de abater e têm o poder de levantar pessoas, mas eu não vou me calar. Feira de Santana pede socorro, pede socorro na área da saúde, Socorro! O povo de Feira está morrendo! E são mulheres. Aí você vê o esposo, vê os filhos falando: "Ô! Ô Pastor Tom, faz alguma coisa." Fazer o quê? Fazer o quê? Se quem tem que fazer não está fazendo. Lógico, sabem por quê? Eu falei para eles lá, porque quem tem obrigação de fazer tem plano de

saúde. Primeiro, que nem são atendidos na Bahia. Pegam o avião, vão para São Paulo, para o exterior, para serem tratados lá, eles mesmos sabem. Então ficam fazendo propaganda enganosa.

Então, o momento aqui agora é orar, vamos orar e pedir a Deus que venha fazer um milagre, porque só um milagre, só um milagre na vida daquela senhora. E eu convivi até no sábado, até no domingo isso. Teve que entrar na sala vermelha, a paciente foi para a sala vermelha no domingo. Eu estou procurando aqui saber como é que está a situação. Então, a pessoa que entrou falando, conversando, por falta de atendimento, foi demorando, foi demorando, a pessoa foi caindo, a sua autoestima foi ficando debilitada, e por urgência teve que dar aquele choque. E aí levaram para a sala vermelha. É! E eu nem sei se está viva. Eu estou aqui fazendo... Eu estou bradando aqui, eu estou bradando, mas nem sei se a mulher está viva. Eu vou ligar ali agora para ver como é que está, porque o governo do estado nega atendimento mesmo com a decisão judicial. Então, eu acho que é momento da gente analisar e pedir ajuda mesmo, porque eu acho que nós temos parentes que não têm plano de saúde. Eu moro na periferia lá em Feira de Santana, minha família não tem; tenho primo e tenho prima que dependem da saúde pública, tá? Depende da saúde pública e eu fico triste com isso. Então, quando eu trago esse assunto aqui, eu trago para pedir socorro a vocês, ao governador, ao secretário. E no dia que também voltar esse atendimento, eu vou subir a esta tribuna para parabenizar que voltou atendimento ginecológico no município de Feira de Santana. Agora eu não posso me calar. Aí ficam dizendo que vai bem. Olha, eu vi o secretário outro dia na televisão, vi lá mexendo lá no computador, vendo as regulações. Aí, o deputado, usou a tribuna aqui falando que sabe onde estão indo essas pessoas, não é? Que a Regulação está boa porque está tirando essas pessoas para colocar em algum lugar. Que lugar o quê, rapaz? Estão morrendo mesmo. Vai lá e morre. Só tem vaga quando morre um. Aí, quando morre um, bota outro no lugar. Então, isso é uma excrecência.

Nós temos que nos autoavaliar, fazer uma aliança aqui forte nesta Casa. E saúde não tem que ter partido. Saúde tem que ter amor, nós temos que ter amor pelo próximo. E o que está faltando nesses gestores é amor. Eles estão agora nos seus palácios, desfrutando de tudo, mas muitos estão sofrendo por falta de amor, por falta de carinho, por falta de empenho. É só o mínimo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É só executar.

Quero concluir minhas palavras, deputado Fabrício Falcão: que posso todas as coisas Naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da tribo de Judá. A Bahia não é dos Santos, a Bahia é de Jesus.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o nobre deputado José de Arimateia, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nesta tarde/noite em que estamos aqui em obstrução pela forma regimental, eu venho a esta

tribuna, primeiro, Sr. Presidente, para chamar a atenção do governo do estado. No dia 23, na próxima semana, nós estaremos promovendo a cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. E qual será o objetivo dessa frente? Primeiro, eu tenho sido um deputado que tem defendido a causa das políticas públicas para os idosos, até porque existe já o Estatuto do Idoso que está muito além, está distante de ser cumprido pelas autoridades. Eu não só falo do governador do estado, eu falo principalmente dos prefeitos.

Para vocês terem ideia, deputada Fabíola Mansur, nós temos, na Bahia, 417 municípios. Dos 417 municípios, hoje, só existem 23 municípios que têm o Conselho Municipal do Idoso funcionando. Imagina: 23 dos 417. E quando eu digo funcionando... Porque não é só a questão, deputada Fabíola Mansur, da quantidade... Aliás, de criar o conselho municipal. Não! Quando nós falamos do Conselho Municipal do Idoso, existe o Fundo Municipal do Idoso. Aliás, existe um Fundo Estadual do Idoso. Existe o Fundo Nacional do Idoso. E qual é a importância da criação do fundo?

O Sr. Osni Cardosos Lula da Silva: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Está inscrito, Excelência. Pode ter certeza de que eu vou... Deixe eu logo mostrar, aqui, qual é a importância dessa frente.

O governo do estado... Eu fui relator do projeto de lei que foi mandado pelo governo ainda de Jaques Wagner, que cria a Política Estadual da Pessoa Idosa, que foi o Projeto nº 12.925. Quando Jaques Wagner saiu, só faltava Rui Costa – o governador atual, que já está no segundo mandato – regulamentar a lei.

E nessa regulamentação da lei, entra exatamente a criação do Fundo Estadual do Idoso. Para vocês terem ideia, até hoje não foi regulamentada essa lei. Por exemplo, agora mesmo, nós vamos prestar conta ao leão, vamos declarar Imposto de Renda. Todo cidadão. As empresas vão declarar imposto de renda.

Pela legislação, toda empresa privada pode doar, na restituição do Imposto de Renda, 1%, empresas. Eu, como cidadão, Srs. Deputados, posso doar 6% para o Fundo Estadual do Idoso ou para o Fundo Municipal do Idoso ou para o Fundo Nacional do Idoso.

Então, o governo já está perdendo mais um ano. Quer dizer, dos governos Jaques Wagner para cá, Rui já completou 4 anos de governo no seu primeiro mandato, está no segundo mandato, está no quarto mês, e ainda não foi organizado isso.

Quais são as políticas públicas para os idosos que o governo está investindo? Não tem. Por quê? Porque quando você chega para o governo, ele diz que não tem recurso. Mas quando ele cria o fundo estadual, deputada Fabíola Mansur, ele viabiliza condições.

Eu vou dar, aqui, um exemplo, deputado Osni. Vou dar um exemplo, aqui, para V. Ex.^a. V. Ex.^a foi prefeito em Serrinha. Eu não sei se Serrinha está nessas 23. Não posso garantir, mas digo com toda garantia... Olha, vou dar um exemplo aqui: no governo ACM Neto, na gestão da nossa querida deputada federal, que hoje é suplente, Tia Eron, quando ela era secretária de Promoção Social e Combate à

Pobreza, Sempre, ela organizou o Conselho Municipal do Idoso. Hoje o Conselho Municipal do Idoso... Sabe quanto foi que ela deixou para ACM gastar dentro das políticas públicas? Mais de R\$ 4 milhões. Está aqui o documento. Estou com o documento aqui, 4 milhões, 1 mil, 526 reais e 72 centavos, a gestão do fundo em 3/8/2017. Olha só, do ano retrasado, 2017, quando foi criado o fundo. No ano passado, quando a deputada saiu para concorrer à reeleição e passar para o secretário seguinte, ela deixou nos cofres do prefeito, no Fundo Municipal do Idoso de Salvador, 4 milhões, 1 mil, 526 reais e 72 centavos. Então, eu estou mostrando isso aqui porque em Salvador, a capital, tem esse recurso para gastar nas políticas públicas para os idosos.

Agora eu vou conceder um aparte ao nobre deputado Osni, lá da cidade de Serrinha, com muito prazer. V. Ex.^a, que foi prefeito, fique à vontade.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Deputado, eu quero te agradecer pelo espaço e quero me solidarizar a você, em boa parte da sua luta. Lá em Serrinha, quando eu fui prefeito, não só o Conselho do Idoso a gente tinha, como a gente tinha um volume imenso de atividade. E a mais famosa delas era o trabalho que a gente fazia com os idosos e capoeira. Um negócio fantástico.

A gente enchia as praças de atividade, e aí se estendia com o forró do idoso. Era um monte de atividade agregada a um trabalho de saúde que a gente acompanhava o tempo inteiro. Tinha uma rede efetivamente funcionando. Infelizmente, hoje, acabou. Nós não temos mais nenhuma prática.

Agora, o desafio que você coloca, que aqui na Bahia a gente só tem 23, o pior é que a nossa luta vai ser muito maior, porque o governo Bolsonaro, o presidente Bolsonaro, no Decreto 9.759/2019, ele extingue os conselhos sociais e outros órgãos colegiados.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Inclusive o do idoso.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Inclusive o do idoso.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Eu sou contra, eu sou contra. Vou falar aqui.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Eu imagino. Então, quero me solidarizar a você, dizer que estamos na luta para aquilo que você topar, porque esse tipo de política tem de ser reafirmado no Brasil, e não extinto, assim como fez o presidente do PSL.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Exatamente. Olha, eu incorporo o seu aparte, deputado. Eu sou radicalmente contra. Deputado, eu acho que os legisladores, os que estavam, os que estão saindo... É um crime ele mexer, ele mexer na forma daquilo que está dando certo, no projeto, enfim... Eu sou contra.

Lá em Feira de Santana mesmo, nós temos o problema do centro de convenções – o deputado Targino Machado sabe –, que, por questões políticas, o centro até hoje... No tempo em que Paulo Souto era governador, começou a construir, perdeu as eleições, aí parou. Então, hoje está lá um elefante branco.

Eu acho que tem que ter uma lei, uma lei severa, uma punição para que o gestor que não der continuidade... ele pode até mudar alguma coisa, mas não parar, porque isso é um crime.

Sou contra essa atitude do governo Bolsonaro, que extinguiu o conselho. Eu sou contra. Não só o do idoso, como os demais. Então, tem que haver um bom senso.

Mas eu queria dizer para os Srs. Deputados que, inclusive, convidei até a deputada Maria del Carmen, que vai ser a vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Idosos. Convidei a deputada Maria del Carmen e ela vai ser a vice-presidente da frente que nós vamos instalar na próxima semana. É suprapartidária, porque não serão apenas os deputados que vão participar, mas as associações, as ONGs. Enfim, nós vamos ter aqui uma voz para que os idosos possam realmente buscar os seus direitos.

Dentro dessa frente, Srs. Deputados, eu estou criando também uma forma de consultoria para que os prefeitos... porque eu já procurei alguns prefeitos, deputada Fabíola Mansur. V. Ex.^a também pode até ajudar nisso aí. A maioria dos prefeitos não sabe fazer o projeto. Porque o prefeito tem que fazer um projeto para mandar para a Câmara de Vereadores, criando o fundo municipal e, depois... a secretaria de ação social do município tem que organizar, mas eles não sabem. Mas eu estou com uma equipe que vai dar essa direção para que os prefeitos possam buscar esse recurso que está lá no município.

Como é que está lá? Está lá porque o prefeito sabe que existem empresas que prestam serviços ao município. Elas podem ser parceiras do fundo. Ele pode fazer uma campanha de conscientização.

Agora, para este ano não vai dar mais tempo, mas para o ano que vem vai dar tempo, sim, para que os prefeitos possam, primeiro, organizar o conselho municipal para os idosos; depois, a criação do fundo municipal para que os idosos possam ter os seus direitos garantidos. Não podemos fechar os olhos.

No nosso Brasil, até o ano 2030 a população vai estar com um número bem alto de idosos, a população idosa vai aumentar daqui para o ano 2030. Nós estamos chegando ao ano 2020. Então, daqui a 10 anos o que é que os novos, a nova geração de idosos vai poder usufruir se não houver uma preparação agora, se não houver uma conscientização agora? E isso tem que ser feito em nível de governo municipal, em nível de governo do estado para que, conseqüentemente, o governo federal possa fazer isso.

Então, eu venho aqui, nesta noite, fazer esse apelo, mostrar, esclarecer aos Srs. Deputados. E lamentar porque a nossa Bahia, o nosso estado já era para estar com esse problema do Fundo Estadual do Idoso resolvido para que o governo possa fazer aquilo que, realmente, os idosos precisam: recursos no caixa para poder investir.

Porque se você for falar agora, não tem condições. Agora mesmo, quando o secretário, Dr. Fábio Vilas-Boas, estava fazendo a explanação sobre os investimentos na saúde, eu falei para ele: “Dr. Fábio, seria bom se o governo criasse também um hospital público para o idoso.” Ele disse: “Pelo amor de Deus, deputado. Não temos recursos.” Não tem, não tem.

Primeiro, há deficiência de profissionais da Geriatria. Nós temos pouquíssimos médicos que possam atender à demanda. Esse é o primeiro gargalo.

Segundo, é que não existe perspectiva. Por que não existe? Porque a solução está aqui. Se o governo tomar essa decisão, se o governo fizer essa campanha... inclusive, eu estou aqui com um folheto que mostra: “Sim eles podem levar uma vida mais ativa e saudável. Sabe quem pode ajudar? Você.” No caso, os governantes. É o prefeito, é o governo do estado e esta Casa. Ela tem também... Os Srs. Deputados quando chegarem ao seu município e disserem: “Nós temos uma proposta de trazer recursos para o município para serem investidos nas políticas públicas dos idosos”, podem ter certeza que o prefeito já vai ficar alegre.

Outra coisa, muitas vezes os prefeitos já dizem logo: não tem. Fazer política para os idosos como? Cadê os recursos? Então, eles não sabem, a maioria dos prefeitos não sabe como investir, como captar os recursos. Lamentavelmente, existe essa deficiência para que os prefeitos possam investir, possam captar os recursos.

Eles também não procuram. Por que não procuram? Por que acham que o idoso já chegou àquela idade e só está esperando o dia da partida. Nós não podemos olhar com esses olhos porque todos nós vamos, um dia, chegar à terceira idade. Não tem ardeio, não tem. Então, nós temos que preparar para a geração futura.

E o nosso papel é esse, é o de chegar aqui, como eu estou fazendo, de mostrar o caminho, de mostrar uma saída, de mostrar para os gestores municipais que existe uma forma de buscar esses recursos. Então, na criação dessa frente, Srs. Deputados e Deputadas, o objetivo principal vai ser esse, o de organizar os conselhos municipais dos idosos, em cada município, e, conseqüentemente, ensinar, mostrar, já deixar aquele prefeito com a secretaria de ação social preparada para receber recursos, para que sejam investidos nas políticas para os idosos.

Então, eu venho aqui neste momento que me foi dado, neste momento de obstrução, para mostrar para o governo do estado que ele precisa valorizar os idosos, mostrar para o governador: V. Ex.^a está aí, no seu gabinete, olhe com carinho, olhe com carinho porque V. Ex.^a também vai chegar à terceira idade. V. Ex.^a vai chegar. Não tem choro. Prepare o futuro para milhões de baianos que estão chegando, agora, à terceira idade. Prepare governador! Faça com que o Fundo Estadual do Idoso seja uma realidade. Não deixe ficar no papel.

Desde o tempo do governo Jaques Wagner, creio, que foi o último projeto. Inclusive foi no mês de dezembro quando nós já estávamos para entrar em recesso. Eu tive o privilégio de ser relator desse projeto e fiquei alegre, porque, naquele tempo, por eu ser da base do governo, esperava que o sucessor viesse apenas a fazer aquilo que é tão simples: regulamentar, dar condições para que o próprio Rui Costa, que agora está no governo, continua no governo, fazer aquilo que o governador Jaques Wagner não teve como fazer. Ele fez a parte dele. Ele mandou o projeto para esta Casa, foi aprovado por unanimidade, mas, lamentavelmente, o projeto não floresceu.

Estamos terminando agora, estamos no mês de abril, a declaração do imposto de renda. O que é que os idosos da Bahia vão receber para ter o seu direito às

políticas públicas aplicado? Nada. Lamentavelmente nada. Por quê? Porque o número da conta não existe para doação. Não foi criado o fundo, então, não há recursos para as políticas públicas do idoso.

O governador neste ano não vai poder fazer nada pelos idosos, mas se prepare, governador, se prepare! Nós vamos aprovar... aliás, esta Casa vai estar, aqui, daqui a pouco, aprovando um projeto que está dando o primeiro passo para a privatização da Embasa.

Olhe, eu tenho certeza, deputado Targino Machado... deputado Targino! Deputado Targino Machado, eu tenho certeza que se o deputado, hoje federal, Marcelo Nilo estivesse aqui ele jamais iria votar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) favoravelmente a esse projeto. O deputado Marcelo Nilo, que foi um dos primeiros funcionários da Embasa, jamais iria aceitar ver o governador Rui Costa dando o primeiro passo para a privatização da Embasa.

Concluo, Sr. Presidente, o meu pronunciamento convidando os Srs. Deputados, porque amanhã estaremos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Conclua, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) na Comissão de Meio Ambiente desta Casa, da qual sou presidente, votando a nossa visita ao DNOCS, lá em Fortaleza, como também a continuidade das visitas às cinco barragens que faltam para...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Concluindo, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Para concluir.

Estaremos visitando as cinco barragens que ainda faltam.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Peço verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. E que V. Ex.^a o faça de forma nominal, zerando o painel e abrindo o tempo de 15 minutos e...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): V. Ex.^a será atendido, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, queria já pedir aos deputados e deputadas para se fazerem presentes ao plenário, pois há um pedido de verificação de

quórum formulado pelo deputado Targino. Precisamos de 21 Srs. Deputados e ainda tem um orador. Era bom que já estivessem aqui, porque logo depois iremos para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O.k., deputado.

O Sr. Targino Machado: Só para complementar, Excelência, estão vindo para se inscrever e falar os deputados Tom Araujo, Sandro Régis e a deputada Talita.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O.k.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Convocamos os deputados e as deputadas a virem ao plenário para podermos dar continuidade à presente sessão. Solicito que o deputado Targino, por favor, marque a sua presença, porque foi ele quem pediu esta verificação de quórum.

Deputado Targino, por favor, dê presença.

Srs. Deputados que estão nos seus gabinetes em reuniões com lideranças políticas, na sala do cafezinho, por favor, compareçam... Já foi.

Quórum estabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o deputado Hilton pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Bom, como oposição de esquerda aqui nesta Assembleia, nós do PSOL não poderíamos assistir aos diversos pronunciamentos... aliás, esses pronunciamentos versaram mais sobre a saúde do que sobre a Embasa. Mas tem tudo a ver, não é, deputada Fabíola? Tem tudo a ver porque a cada R\$ 1,00 gasto com saneamento se economiza R\$ 4,00 com saúde. Estou entendendo que os deputados fizeram muita referência à área da saúde por esse elemento.

Mas acho que, realmente, está sobrando muita arrogância e faltando vergonha nesta Casa. Sinceramente. Porque é óbvio que a saúde no estado está em crise. De fato, o governo gasta muito recurso com propaganda, principalmente, desses hospitais regionais, e nós sabemos por que a Regulação de Salvador, ou melhor, o HGE ainda permanece superlotado. É porque esses hospitais regionais são uma farsa, são hospitais ocos: ocos de insumos, de equipamentos e, principalmente, ocos de profissionais. É por isso que o HGE continua superlotado.

Então, acho que não tem nenhuma condição de se fazer essa defesa da saúde do estado, como também não tem nenhuma condição de se fazer a defesa da saúde de Salvador, que é outra vergonha.

Esse discurso de que a cobertura do Saúde da Família aumentou para 50% em Salvador é uma farsa! Aliás, ainda hoje os agentes de saúde comunitária fizeram – não pudemos estar presentes – uma manifestação na frente do Judiciário para que o prefeito ACM Neto respeite o piso, porque grande parte da categoria está recebendo abono para ter um salário mínimo – a deputada Fabíola Mansur também acompanhou essa situação da saúde no município. Então é preciso baixar a bola e fazer a discussão a respeito da saúde de maneira séria nesta Casa.

Por falar em saúde, vamos falar agora em saneamento e da Embasa. Antes de tudo, digo que não vou utilizar todo o tempo para o voto do PSOL, mas precisarmos

justificar o nosso voto, já que, mesmo como Oposição, vamos votar a favor do projeto. E acho que é importante dizer o porquê, já que esse projeto, a nosso ver, tem uma peculiaridade muito grande. Ele é a demonstração inequívoca da importância que a Embasa tem hoje para o nosso estado. Hoje, é a quinta empresa de água, saneamento básico e esgoto do país, e isso está bem revelado nesse projeto.

É um projeto que tem por objetivo criar uma estação de tratamento autossuficiente em energia, já que essa energia será produzida a partir da geração do biogás. Com essa nova tecnologia, vai ser a estação de tratamento de maior musculatura do Brasil. Isso é muito significativo. E mais significativo ainda é ver a nossa Embasa fazendo um papel que lhe dá autoridade.

Primeiro, a autoridade intelectual, porque é um projeto de excelente qualidade, com uma tecnologia que a Embasa conseguiu sintetizar a partir da sua própria produção, a produção da nossa intelectualidade nessa área. Parece-me muito importante destacar isso.

E também é importante destacar a musculatura política da empresa, já que ela conseguiu captar, de maneira direta, os recursos necessários para fazer esse empreendimento, com juros abaixo dos juros de mercado.

É importante discutirmos isso, porque estão sendo ventiladas no atual contexto, inclusive pelo governador Rui Costa, duas alternativas que são claramente privatistas. A primeira, é a da abertura do capital da empresa, naquele esquema em que as ações vão para o mercado financeiro e a empresa possivelmente vai, de acordo com as flutuações do mercado, para quebradeira, como podemos ver no trajeto das privatizações subordinadas diretamente ao capital especulativo. A segunda alternativa, frisada aqui pelo Líder da Oposição, deputado Targino Machado, é a das PPPs, que o governador está aí propalando pelos quatro cantos.

No modesto olhar do PSOL, nenhuma dessas duas alternativas tem relação com esse projeto que vai ser aprovado aqui hoje. Para nós não tem relação, porque a empresa não apenas definiu o conteúdo do projeto, como diretamente vai captar os recursos, mostrando que tem autoridade política para fazer essa captação.

Então, a nosso ver é importante que esse projeto seja aprovado. É importante, nesse sentido, que a Embasa seja firmada dentro da lógica de uma empresa estatal, como tem sido o tom das defesas, inclusive, dos demais integrantes da Oposição nesta Casa, como o Líder da Oposição, que é do DEM. O deputado José de Arimateia também ocupou esta tribuna para falar contra a privatização da Embasa.

Quero dizer que aprovar esse projeto hoje é um passo importante para mostrar que não tem qualquer sentido privatizar a nossa Embasa. Não tem nenhum sentido fazer abertura de capital da Embasa, muito menos parceria público-privada.

Então, esse é o conteúdo do voto do Partido Socialismo e Liberdade. Queremos uma Embasa estatal, forte, que valorize os seus técnicos, ao contrário do que se fez com a Conder, do que se fez com a EBDA, do que se fez com o nosso Derba, com a Ebal. Ao contrário de tudo que se fez de desestruturação do Estado, é uma afirmação

da Embasa que serve de lição para os privatistas, inclusive para a lógica privatista do próprio governador Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra, por 20 minutos, o último orador inscrito, o nobre colega deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa noite, amigas e amigos deputados, na noite desta terça-feira, às 8h e quase 20 minutos, estamos aqui estimulando o debate, deputado Targino Machado, para que essa Bancada do Governo venha definitivamente explicar melhor do que se trata esse projeto de lei.

Ouvindo orientação de meu Líder, deputado Targino Machado, entendi que isso é uma prévia do governo do estado para a privatização da Embasa. Mas o deputado Rosemberg e o deputado Marcelino Galo me chamaram aqui, conversaram comigo e disseram que não, que é apenas um empréstimo para investimento na estrutura hídrica do estado. O deputado Marcelino Galo até me explicou bem, dizendo que é um dinheiro de origem da Alemanha que só pode ser investido em áreas sustentáveis, para combater o efeito estufa, etc.

Conversa muito bonita, muito boa, realmente. Acho que a Bancada da Oposição não tem nada contra uma iniciativa tão boa como essa, mas em momento algum, amigos e amigas da *TV Assembleia*, o governo vem e rebate essa informação. E isso ocorre porque a gente sabe que o governador Rui Costa realmente se elege com um discurso de esquerda, mas governa com pulso de direita. E assim vem diminuindo a máquina pública, como foi a extinção da EBDA, a extinção do Derba, do Instituto... Esqueci até o nome do instituto que ele extinguiu no mandato passado. Também o Programa Cabra Forte, que foi um sucesso com o ex-governador Paulo Souto, não existe mais. E assim vem diminuindo o Estado sem dizer, ao certo, o que pretende fazer com a Embasa.

O Líder Targino Machado pede para eu encerrar.

Está encerrada a minha fala.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 22.998/2018...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): (...) de autoria do Poder Executivo.

O Sr. Targino Machado: Quórum de votação, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, por gentileza, queria solicitar a todos os deputados e deputadas que estão na Casa, estamos agora no regime de

votação, o deputado Targino pediu um quórum que é marcado 25 minutos, mas pedir a todos os deputados que se encontram no cafezinho, que se encontram nos gabinetes que façam presentes para que a gente possa fazer a votação imediata desse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O.K. deputado. Atendido o pedido do deputado Targino Machado e também do deputado Rosemberg. Zerem o painel por 25 minutos, quórum de votação.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Convido os deputados e deputadas que estão nos seus gabinetes, no cafezinho, nos corredores para podermos dar início aqui a votação. Foi pedido quórum de votação pelo nobre, o Excelentíssimo Sr. Líder da Oposição, deputado Targino Machado.

Já temos 16 deputados presentes, agora são 18, o deputado Targino está aqui, foi ele quem pediu verificação de quórum.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas solicito que adentrem o plenário para podermos dar quórum de votação. Já temos 21 deputados. Gostaria de chamar os deputados e deputadas que estão nos gabinetes, em reuniões com lideranças, com prefeitos, com vereadores, para poderem comparecer ao plenário.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, por favor, venham dar presença para continuarmos a sessão. Faltam apenas dois deputados para podermos continuar.

(Procede-se o processo de votação)

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Restaurado o quórum, em votação o Projeto de Lei nº 22.998/2018, de procedência do Poder Executivo.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu quero encaminhar o voto contrário da Bancada da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Registrado o voto contrário de toda a Bancada da Oposição através do Líder da Oposição.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, quero agradecer a todos os deputados que estão presentes até este momento e indicar pela aprovação desse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O Líder do Governo, deputado Rosemberg, indica pela aprovação do referido projeto.

Em votação o Projeto de Lei nº 22.998/2018, de procedência do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a prestar contrapartida à União em operação de crédito externa a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento e a KFW e dá outras providências.

Em votação. Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa). Aprovado, o presente projeto com os votos da Oposição contrários ao referido projeto.

PROJETO DE LEI N.º 22.998/2018

Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externa a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA e a KFW Entwicklungsbank, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantia à União, para obter as garantias na operação de crédito externa, até o valor equivalente a €60.000.000,00 (sessenta milhões de euros), a ser celebrada entre a KFW Entwicklungsbank, na qualidade de entidade financiadora, e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA, na qualidade de mutuário, observadas as condições e as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira da União.

Parágrafo único - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se ao financiamento para o Programa de Saneamento com uso energético de biogás no tratamento de esgotos da Região Metropolitana de Salvador - RMS.

Art. 2º - A operação de crédito de que trata o art. 1º desta Lei será garantida pela União.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas a que se referem o art. 157 e a alínea “a” do inciso I e o inciso II, ambos do art. 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, registro o voto a favor, do PSOL, por favor.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: o PSOL votou favorável.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O deputado Hilton declara voto favorável pelo PSOL e toda a Bancada de Oposição ao contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O Projeto de Lei nº 23.065/2019. Altera a Lei nº 11.918 de 16 de junho de 2010 na forma que indica. Para relatar o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA: “*Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento,*

Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei n.º 23.065/2019, de autoria conjunta dos Poderes Executivo e Judiciário, o qual “altera a Lei n.º 11.918, de 16 de junho de 2010, na forma que indica.”

Encaminham, à apreciação da Assembleia Legislativa, os Chefes dos Poderes Executivo e Judiciário, de forma conjunta, projeto de lei propondo alterações na Lei n.º 11.918/2010, que dispõe sobre a extinção do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ e a reestruturação administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça.

As modificações ora propostas alcançam os arts. 2º e 16, promovendo a desafetação dos bens que eram de propriedade do IPRAJ, os quais se encontram afetados, conforme previsto no referido art. 2º, e transferindo do Procurador-Geral do Estado para o Presidente do Tribunal de Justiça a representação do Estado da Bahia nos atos relativos à aquisição, alienação e outros concernentes a bens imóveis pelo Poder Judiciário.

Trata-se, como informa a Mensagem conjunta do Sr. Governador e do Sr. Presidente do TJ, de “conferir maior eficiência na gestão dos bens da Administração Pública Estadual, notadamente aqueles advindos do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ, autarquia que fora vinculada ao Poder Judiciário, extinta pela Lei n.º 11.918, de 16 de junho de 2010.

O projeto não recebeu emendas, considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, e não havendo restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelos Poderes Executivo e Judiciário.

É o parecer, s.m.j.

(...) Sala das Sessões, 15 de abril de 2019”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Tiago Correia: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Pois não, deputado.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, baseado no artigo 81 do Regimento desta Casa, eu gostaria de solicitar vista da presente proposição.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Acatado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Pois não, deputado.

O sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu queria agradecer a toda a bancada aí, que fez um belo debate hoje, aqui, e agradecer em nome da Liderança do Governo, a votação do projeto da Embasa e, obviamente, esse projeto que nós estamos iniciando o debate, do IPRAJ.

O Sr. PRERSIDENTE (Fabrício Falcão): O.K., deputado.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, de igual modo, quero agradecer aos companheiros da Bancada da Oposição, que foram verdadeiros heróis aqui nessa tarde e noite. Apesar da desvantagem numérica, marcamos posição, e restou claro aqui, hoje, para quem enxerga e tem sensibilidade política, de que as coisas nas hostes governistas não estão bem. Para quem tem 44 deputados, 45 deputados, teve dificuldade de colocar 31 aqui, hoje, eu me antecipei ali, pagando para ver porque, na verdade, quase, quase, o governo não aprovaria esse projeto aqui hoje.

Quero agradecer a V. Ex.^a por estar presidindo esta sessão, e a todos os meus companheiros da Bancada da Oposição. Feliz Páscoa para todos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Obrigado, deputado.

Antes de encerrar a sessão, parabenizar o presidente da Assembleia, o deputado Nelson Leal que hoje passou o dia em Brasília discutindo com o presidente do Senado e da Câmara, os pontos essenciais da reforma da Previdência, contra essa coisa. Estava ali representando junto com os demais presidentes do legislativo de todo o Brasil.

Então, parabenizar o deputado que nos representa muito bem em Brasília, no dia de hoje. Não tendo mais nada a falar, declaro encerrada a presente sessão. Boa noite a todos.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.